Guo Yu (Gelsa)

Contextos de ensino de PLE em Angola: um estudo de caso com trabalhadores chineses

Universidade do Minho
Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

maio de 2026

Contextos de ensino de PLE em Angola: um estudo de caso com trabalhadores chineses
Guo Yu (Gelsa)
UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

Guo Yu (Gelsa)

Contextos de ensino de PLE em Angola: um estudo de caso com trabalhadores chineses.

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Português Língua Não Materna (PLNM)

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Micaela Dias Pereira Ramon Moreira
e do
Professor Doutor António Carvalho da Silva

maio de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do Repositório da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação recebeu o maior apoio e estímulo de muitos.

Por essa razão, gostaria de agradecer à minha família, aos meus pais e ao meu filho, pela compreensão, sugestões e amor sincero.

Aos meus orientadores, Profª. Micaela Ramon e Prof. António Silva, cujos ricos conhecimentos me impressionaram em Português Língua Estrangeira e Português Língua Segunda, pela transmissão de conhecimentos, pela orientação na minha carreira e pelo convívio partilhado.

A todos os outros professores da Universidade do Minho que me ensinaram durante o meu estudo de mestrado.

Aos meus amigos e colegas, pela amizade, ajuda e apoio emocional que me proporcionaram.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação. Confirmo que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

RESUMO

A educação está relacionada com a qualidade de vida nacional e com o desenvolvimento económico-social de cada país. Para os indivíduos, a educação é também essencial para a sua evolução profissional. A língua portuguesa, embora seja uma língua de minorias na história do desenvolvimento do ensino de língua estrangeira em África, torna-se cada vez mais popular na China, nomeadamente entre aqueles que a estudam por razões profissionais, para irem trabalhar em países africanos de língua oficial portuguesa.

Acreditando na relação entre a educação e o desenvolvimento económico, e tendo em conta a experiência da autora em Angola, esta dissertação foca-se na apresentação e análise de casos de aprendizagem de português como língua estrangeira nos países lusófonos em África, por trabalhadores falantes de chinês como língua materna.

O estudo conclui que a plena integração destes profissionais exige o domínio da língua portuguesa, evidenciando a necessidade de desenvolver cursos de português específicos e de caráter prático, distintos do tradicional modelo escolar. Para responder a esta exigência, propõe-se a adoção de metodologias de ensino diversificadas e colaborativas, planeadas para suprir as necessidades comunicativas, quotidianas e laborais do público-alvo.

Espera-se que os resultados alcançados com esta investigação possam contribuir para um melhor conhecimento dos contextos de aprendizagem de PLE por sinofalantes em África e para o desenvolvimento das práticas de ensino nesses contextos.

Palavras-chave: Português Língua Não Materna; Português Língua Estrangeira; África; aprendentes sinofalantes.

ABSTRACT

Education is closely linked to a nation's quality of life and socio-economic development. At the individual level, it is also essential for professional advancement. The Portuguese language, although historically a minority language in the context of foreign language education in Africa, has been growing steadily in popularity in China, particularly among those who study it for professional reasons, with the aim of working in Portuguese-speaking African countries.

Based on the relationship between education and economic development, and drawing on the author's professional experience in Angola, this dissertation presents and analyses cases of Portuguese as a Foreign Language (PFL) acquisition in Lusophone Africa by native Chinese-speaking workers.

The study concludes that the full socioprofessional integration of these workers requires proficiency in Portuguese, highlighting the need for specialised, practically oriented language courses that differ from conventional academic models. To meet this need, the research proposes diversified and collaborative teaching methods, designed to address the everyday, communicative, and professional needs of this specific group of learners.

It is hoped that the findings of this study will contribute to a better understanding of PFL learning contexts among Sinophone workers in Africa and support the development of teaching practices in these settings.

Key words: Portuguese as a Non-Native Language; Portuguese as a Foreign Language; Portuguese as a Second Language; Africa; Sinophone learners.

摘要

教育关乎一国国民生活质量，更与国家社会经济发展紧密相连。对个体而言，教育亦是实现个人职业发展的核心必要条件。在非洲外语教育发展历程中，葡萄牙语虽长期属于小众语种，但在当前中国的普及度持续提升，尤其是在以职业发展为导向、计划赴非洲葡语国家务工的群体中，该语言的学习热度显著攀升。

本研究立足教育与经济发展的内在关联，结合笔者在安哥拉的实地经历，聚焦以汉语为母语的务工群体，对其在非洲葡语国家开展葡萄牙语外语学习的案例进行系统阐述与深入分析。

研究结论显示，该类从业人员要实现在当地的全方位融入，熟练掌握葡萄牙语是必备前提，这也充分印证了开设区别于传统学校教育模式、兼具专业性与实用性的专项葡语课程的迫切需求。为契合这一现实要求，本研究提出应采用多元化、协作式的教学方法，围绕目标群体的日常沟通与职场工作交际需求开展教学设计。

希冀本研究的相关成果，能够为深化非洲语境下汉语母语者习得对外葡萄牙语的场景认知，以及推动该类场景下葡语教学实践的优化发展提供有益参考。

关键词：非母语葡萄牙语；对外葡萄牙语；非洲；汉语母语学习者

ÍNDICE

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS i

AGRADECIMENTOS ii

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE iii

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) iv

RESUMO v

ABSTRACT vi

摘要 vii

ÍNDICE DE TABELAS xi

ÍNDICE DE IMAGENS xii

TÁBULA DE SIGLAS xiv

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I – CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR DA LÍNGUA PORTUGUESA NA CHINA 3

1.1. A política de ensino superior da China nos últimos anos 6

1.2. A Influência Estratégica da Cooperação China-África e a Troca de Experiências Governamentais 9

CAPÍTULO II – ANÁLISE DO MERCADO DE EMPREGO DOS LICENCIADOS DE PORTUGUÊS EM ÁFRICA 11

2.1. Relações políticas bilaterais 11

2.1.1. Relações Económicas Intensas entre a China e Angola: Uma Parceria Estratégica na Área

Energética e Comercial 12
2.2. Relações económicas e comerciais bilaterais e cooperação económico-técnica 13
2.3. O desenvolvimento do mercado de emprego do Português em África 13
2.4. Cooperação noutros setores 14

CAPÍTULO III - O CASO PRÁTICO DA EMPRESA *CHINA ROAD AND BRIDGE CORPORATION* (CRBC) EM ÁFRICA 17
3.1. Informação básica sobre a Empresa *China Road and Bridge Corporation* 19
3.2. Características do meio ambiente dos trabalhadores da empresa (CRBC) 20

CAPÍTULO IV – CASOS SOBRE O USO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA (PLE) POR TRABALHADORES CHINESES EM ANGOLA 22
4.1. A situação da aprendizagem da Língua Portuguesa pelos trabalhadores chineses da empresa (CRBC) 23
4.1.1 Identificação do tipo de material didático selecionado 27
4.1.2 Público-alvo 28
4.1.3. Grelha de análise do material didático 28
4.1.3.1. Guião de Análise do Manual para Estudantes Chineses 28
4.1.3.2. Análise Contrastiva: Materiais Didáticos de Matrizes Chinesa e Portuguesa 34
4.1.3.2.1. Pontos de Convergência 34
4.1.3.2.2. Divergências Metodológicas e Estruturais 34
4.1.3.2.3. Propostas de Expansão de Conteúdos 35
4.1.3.2.4. Recomendações Críticas para o Material 35
4.1.3.3. Fundamentação Crítica e Perspetivas Teóricas 36
4.2. Propostas para o Ensino de Português Empresarial no Contexto Empresarial Angolano 36
4.2.1. Natureza da Disciplina de Português Comercial e Profissional para os Colaboradores da CRBC 36
4.2.2. Objetivos Curriculares da Disciplina 37
4.2.2.1. Objetivos Gerais 37
4.2.2.2. Objetivos Específicos 38
4.2.3. Estrutura Curricular e Cronograma de Formação 38
4.2.4. Opções Metodológicas e Estratégias de Ensino-Aprendizagem 40
4.2.4.1. Ensino Baseado em Tarefas (*Task-Based Language Teaching* - TBLT) 40
4.2.4.2. Simulação de Contextos Profissionais e *Role-playing* 40
4.2.4.3. Ensino Híbrido (*Blended Learning*) 40

4.2.4.4. Desenvolvimento de Materiais Didáticos *Ad Hoc* 41
4.2.5. Critérios e Instrumentos de Avaliação 41
4.2.5.1. Avaliação Formativa (60%) 41
4.2.5.2. Avaliação Somativa (40%) 42
4.2.6. Implementação e Sustentabilidade da Formação na CRBC 42
4.2.6.1. Protocolos de Cooperação Académica 42
4.2.6.2. Arquitetura Organizacional Interna 43
4.2.6.3. Sistemas de Incentivos e Progressão na Carreira 43
4.2.7. Considerações Finais do Capítulo 43

CONCLUSÃO 45

REFERÊNCIAS 48

ANEXO – QUESTIONÁRIO SOBRE A APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA PELOS TRABALHADORES CHINESES EM ANGOLA 50

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. As universidades com curso da Língua Portuguesa na China 8

Tabela 2. As dez principais empresas chinesas com operações em África.....12

Tabela 3. Distribuição detalhada de horas e o conteúdo central de cada unidade 39

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 1. Estudantes apoiados pela CRBC 19

Imagem 2. Estudantes de uma escola primária que a CRBC ajudou a construir 20

Imagem 3. Visita da Delegação dos Académicos e Profissionais dos Media dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa à China 24

Imagem 4. Visita da Organização da Ação de Formação para os supervisores de Seguros Lusófonos . 25

Imagem 5. Visita da Organização da Ação de Formação à Associação da Junta de Freguesia de Macau 26

Imagem 6. Capa do manual *Encontros em Macau* 27

TÁBULA DE SIGLAS

AMCM	Autoridade Monetária de Macau
ASEL	Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos
CCEPLP	Centro Chinês de Estudos dos Países de Língua Portuguesa
CEFR	*Common European Framework of Reference for Languages*
CITIC	*China International Trust Investment Corporation*
CPC	Partido Comunista da China (*Communist Party of China*)
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRBC	*China Road and Bridge Corporation*
CRRC	*China Railway Rolling Stock Corporation*
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
INEA	Instituto Nacional de Estradas de Angola
L1	Língua materna
LE	Língua Estrangeira
NELM	Nova Economia da Migração Laboral (*New Economics of Labour Migration*)
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PFL	*Portuguese as a Foreign Language*
PL2	Português Língua Segunda
PLE	Português Língua Estrangeira
PLNM	Português Língua Não Materna
QECR	Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas
RMB	Renminbi (yuan), moeda da República Popular da China
TBLT	*Task-Based Language Teaching*
UAN	Universidade Agostinho Neto
ZTE	*ZTE Corporation* (anteriormente *Zhongxing Telecommunication Equipment*)

INTRODUÇÃO

Em 2023, a autora concluiu a componente curricular do Mestrado em Português Língua Não Materna – Português Língua Estrangeira e Português Língua Segunda na Universidade do Minho. Contudo, as contingências impostas pela pandemia e a sua permanência em África impuseram alguns desafios significativos à redação desta dissertação. Após completar as aulas presenciais em Braga no primeiro ano, a autora regressou a África, onde se dedicou à recolha de fontes bibliográficas e material académico fundamentais para a elaboração deste trabalho. Considerando que a imprevisibilidade inerente ao período pandémico alterou o cronograma inicialmente previsto, este percurso exigiu uma adaptação constante às novas circunstâncias, que, embora dificultando a continuidade em Braga, permitiram uma imersão direta no contexto de estudo.

Na Europa, e mais concretamente em Portugal, as universidades acolhem percursos académicos intimamente relacionados com mudanças familiares, sociais ou geográficas. Na sociedade dos países de língua portuguesa, a própria condição do português como língua não materna (PLNM) pode estimular um maior interesse dos falantes não nativos pela aprendizagem e comunicação em português. A presente investigação centra-se na comunidade de trabalhadores chineses residentes em Angola, especificamente no contexto laboral. O interesse por este tema decorre da experiência profissional da autora em território angolano, onde desempenhou a função de tradutora no plano institucional, operando também no plano administrativo. Esta imersão permitiu observar a interação quotidiana destes profissionais sinofalantes e a sua relação com a língua, motivando a escolha de um objeto de estudo que analise a necessidade de um português mais vocacionado para as exigências do dia a dia laboral, e permitindo, também, a convivência social. São trabalhadores e aprendizes culturais da China que valorizam a comunicação em língua portuguesa e que estão empenhados na sua aprendizagem em ambiente laboral, devido à sua curiosidade, exigências profissionais e mudanças no local de residência.

A presente dissertação analisa a comunidade chinesa em África sob a ótica da sociolinguística e do Português como Língua Segunda e Estrangeira, explorando a premissa de que a finalidade última da aquisição linguística, neste cenário, é a sua aplicação eficaz e pragmática no contexto do trabalho.

Do ponto de vista sociológico, a linguagem é um fenómeno social e um vínculo que sustenta todos os aspetos da sociedade, levando a que se atribua uma importância crescente ao ensino de

línguas estrangeiras. Em 2016, com o avanço da política chinesa «Uma Faixa e Uma Rota», a comunidade académica e educativa reconheceu a intercomunicação linguística como um pressuposto vital para o intercâmbio cultural e o desenvolvimento futuro. Dado que esta iniciativa constitui um marco estratégico, o ensino de línguas menos difundidas no ensino superior tem vindo a consolidar-se. Os países africanos integrados nesta rota mostraram, nos últimos anos, um dinamismo económico assinalável, destacando-se Angola pelo seu crescimento acelerado e pelo seu papel como um dos principais produtores de petróleo no continente. Paralelamente, a China tem mantido uma cooperação cada vez mais aprofundada com este país, intensificando as relações económicas e comerciais bilaterais.

Face ao grande potencial do mercado da Língua Portuguesa na China, importa analisar as opções de emprego dos licenciados desta especialidade. Observando a trajetória de diversos graduados, constata-se que estes optam sobretudo por funções de tradução, investigação, docência e gestão em áreas como o comércio, a cultura, o ensino e o turismo. Para além de o âmbito de empregabilidade ser vasto, os cargos e as remunerações tendem a ser atrativos. Os graduados integram-se, preferencialmente, em empresas estatais ou privadas que mantêm relações estreitas com os países africanos, nomeadamente nos setores do comércio e da construção de infraestruturas.

Através da análise dos problemas atuais deste grupo em Angola, pretende-se identificar métodos de aprendizagem eficazes para profissionais que, não sendo estudantes no sentido académico clássico, necessitam de adquirir competências em Português como Língua Estrangeira (PLE) no terreno. Esta investigação visa, assim, estudar as necessidades comunicativas dos trabalhadores chineses em Angola e propor estratégias que facilitem o ensino da língua para fins laborais.

Estruturalmente, o primeiro capítulo da dissertação contextualiza o ensino de Português na China e a evolução das políticas educativas. O segundo analisa o mercado de trabalho para os licenciados em Português no continente africano, com um foco particular nas relações bilaterais sino-angolanas. No terceiro, descreve-se o caso prático da empresa China Road and Bridge Corporation (CRBC), examinando o ambiente e os desafios dos seus trabalhadores. O quarto, por fim, apresenta o estudo da aquisição de PLE por parte desta comunidade e propõe estratégias de ensino adaptadas às suas necessidades. O trabalho encerra com a Conclusão, onde se sintetizam os resultados obtidos, à qual se seguem os Anexos, que incluem os instrumentos de recolha de dados utilizados.

CAPÍTULO I – CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR DA LÍNGUA PORTUGUESA NA CHINA

Recuando na história da China, observamos que as gerações passadas sempre deram importância aos valores da retidão, da justiça, da honestidade e da honra. No ano 551 a.C., Confúcio[1], o "pai" do pensamento confucionista — que dá nome à maioria dos Institutos de Língua Chinesa no estrangeiro na atualidade — propôs que o conceito de educação deveria ser segmentado em diferentes graus, consoante as capacidades de aprendizagem dos alunos, sem prejudicar o direito de acesso equitativo à educação por todos os estudantes — como todos são iguais, todos têm direito de igual acesso à educação, sem tratamento diferenciado. Ademais, Confúcio organizou o ensino mediante preceitos e exemplos, instruindo os alunos através da demonstração pessoal. Este conceito de educação exerce ainda hoje uma influência profunda no sistema de ensino chinês, sendo as ideias de Confúcio consideradas o alicerce fundamental para o desenvolvimento educativo do país.

No contexto da era moderna, a segunda geração de líderes do Partido Comunista da China foi liderada pelo presidente Deng Xiaoping. Devido ao impacto das suas experiências, durante o seu período de liderança, Deng Xiaoping considerou o desenvolvimento económico crucial para o país e valorizou a educação como um projeto de longa duração e extrema importância, promovendo-a ativamente. No âmbito da sua contribuição política, foi Deng Xiaoping quem propôs e impulsionou a «Política de Reforma e Abertura Económica da China». Esta política foi oficialmente adotada na «Terceira Sessão Plenária do 11.º Comité Central», em dezembro de 1978, abrangendo reformas internas e a abertura do país ao exterior.

No âmbito do ensino, o Presidente Deng proclamou a diretiva: "A educação deve estar voltada para a modernização, para o mundo e para o futuro". Esta máxima exerceu uma influência direta no significado e na centralidade da educação chinesa, orientando as reformas estruturais do setor.

Atualmente, o mundo atravessa uma fase de globalização económica e diversidade cultural, pelo que se torna imperativo acelerar o desenvolvimento educativo para potenciar o capital humano. A situação atual do ensino na China encontra-se condicionada pelo modelo da "Educação Orientada para Exames" (*Gaokao*); consequentemente, com a implementação de políticas adequadas, a revolução na educação

[1] Célebre pensador chinês antigo, político, educador, fundador da escola confuciana.

primária e secundária tem progredido gradualmente ao nível dos conteúdos, dos objetivos e das metodologias.

Após a fundação da República Popular da China, a orientação da educação tornou-se mais diversa. Ainda assim, historicamente, foi difícil para as classes populares acederem à educação de elite. Após a Reforma Económica da China, o Ministério da Educação propôs uma reforma radical do sistema, com o intuito de garantir o desenvolvimento da qualificação nacional.

Em 1999, o Conselho Estatal Central proclamou a implementação das novas diretrizes governamentais. Assim, a geração nascida nesse período foi a primeira a beneficiar da educação obrigatória e gratuita nos níveis primário e secundário. No entanto, este processo gerou diversos desafios. Para os jovens desta faixa etária, tornou-se imperativo enfrentar pressões académicas crescentes, focadas em disciplinas como a Matemática, as Ciências, a Química, a Física e a História. Ao mesmo tempo, promovia-se a prática de Desporto para fomentar a saúde física, bem como a educação artística para o desenvolvimento da sensibilidade estética. Neste contexto, destaca-se a Escola de Línguas Estrangeiras de Hangzhou como um exemplo de sucesso institucional, dado o facto de este estabelecimento adotar um modelo de ensino integrado, que abrange todos os níveis desde o ensino primário até ao ensino superior, constituindo-se como uma garantia fundamental para o ingresso nas universidades mais prestigiadas da China.

Na China, o ano 2000 registou um aumento significativo do número de nascimentos. Consequentemente, com a chegada destas crianças à idade escolar, as turmas ficaram superlotadas, excedendo frequentemente os 50 alunos. Este cenário resultou numa diminuição da eficiência do ensino que, contudo, levou os jovens chineses a, quando confrontados com essa concorrência intensa, desenvolverem uma grande capacidade de aprendizagem e perseverança.

Quando se analisa a conjuntura dos falantes chineses residentes em Angola e aprendentes de português, observa-se a manifestação desta mesma mentalidade. Apesar dos desafios, como a distância linguística e cultural, muitos mantêm a mesma determinação e disciplina aprendida desde a infância passada na China. Estes aprendentes dedicam-se a períodos de estudo suplementares, procuram oportunidades de interação com os falantes nativos e esforçam-se para dominar a língua. Esta resiliência e a capacidade de aprender, cultivadas desde cedo na China, ajudam-nos a superar as dificuldades da aprendizagem do português em Angola.

Nas diretrizes do documento *Dar prioridade à educação* (2017), integrado nos *Relatórios*

especiais do 19.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (CPC)[2], o Presidente Xi Jinping refere o desenvolvimento do ensino superior na China, enfatizando a necessidade de "acelerar a construção de universidades de primeira classe e disciplinas de primeira classe para alcançar o desenvolvimento com conotação do ensino superior". Neste mesmo sentido, Liu Yandong (2015) refere, no artigo "Aprofundar a reforma do ensino superior", que a melhoria da qualidade do ensino universitário é a tarefa mais urgente de reforma e desenvolvimento do ensino superior.

Após o 19.º Congresso Nacional, em resposta às diretrizes do Governo chinês, as universidades e faculdades passaram a priorizar a qualidade do ensino em detrimento da expansão quantitativa. Neste quadro, e sob o amparo destas políticas, inúmeros estudantes iniciaram os seus estudos no domínio do Português, complementando a sua formação teórica na China com períodos de mobilidade académica no estrangeiro. Esta dinâmica tem, contudo, gerado algumas disparidades no mercado de emprego para a Língua Portuguesa dentro do país, especialmente nas províncias do interior.

Em simultâneo, o país consolidou, de acordo com o *Relatório do 18.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China*, o maior sistema de ensino superior do mundo, com um corpo estudantil superior a 44,3 milhões. Neste âmbito, a taxa bruta de escolarização no ensino superior registou um incremento notável, ascendendo de 30% em 2012 para 57,8% em 2021 — um salto qualitativo que assinala a transição para uma fase de universalização do ensino superior.

O relatório propôs igualmente "desenvolver uma educação justa e de qualidade" (Xi, 2017), com particular ênfase nas exigências do desenvolvimento económico e social. Este desígnio implica a otimização da estrutura do ensino superior, a aceleração da iniciativa estratégica "dupla primeira classe" (*Double First Class*) e o apoio à instituição de universidades de referência nas regiões central e ocidental do país. Tal reorientação provou-se uma tarefa estratégica urgente.

O desempenho da economia chinesa posicionou o país numa posição dianteira no panorama mundial. Embora a economia nacional se mantenha uma economia em processo de desenvolvimento, e apesar da desaceleração registada nos últimos anos, por força da conjuntura internacional, o crescimento do mercado de consumo interno mantém um ritmo significativo. No início do século XXI, o rápido desenvolvimento da economia africana e o avanço da integração regional elevaram o estatuto internacional do continente, tornando a sua revitalização um consenso da comunidade internacional. Neste contexto, a China, como impulsionadora da Iniciativa «Uma Faixa e Uma Rota», tem estreitado a cooperação com África e estabelecido progressivamente relações diplomáticas com um grande número

[2] Abreviação de "19.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China", que teve lugar em Pequim entre 18 de outubro e 24 de outubro de 2017.

de países africanos. Esta proximidade promoveu cooperações mais íntimas em projetos de infraestrutura nos países abrangidos pela iniciativa «Uma Faixa e Uma Rota», o que, por sua vez, gerou uma necessidade premente de competências linguísticas especializadas. Consequentemente, observa-se uma expansão na implementação de cursos de PLE nos institutos de línguas estrangeiras, tentando satisfazer esta crescente procura profissional.

O crescimento económico da China nos últimos anos tem sido impulsionado, em larga medida, pelo setor do comércio eletrónico, que tem dinamizado o mercado de consumo interno e o crescimento exponencial do número de exportações. Desta forma, a abertura dos países lusófonos ao comércio digital chinês é também um dos motivos que reforça a necessidade de profissionais com competências linguísticas em português, uma vez que, atualmente, uma percentagem considerável dos graduados opta por percursos profissionais em empresas de pagamentos eletrónicos e de logística em metrópoles como Pequim ou Xangai.

No que diz respeito à formação destes profissionais, Yi Fabiao (2015) afirma que as escolas de formação profissional desempenham um papel crucial na preparação de novos técnicos. Contudo, o autor observa que existe na China um fenómeno de valorização excessiva do ensino académico regular em detrimento do ensino profissional, o que pode resultar em lacunas nas competências práticas e profissionais dos estudantes de línguas estrangeiras nestas instituições.

1.1. A política de ensino superior da China nos últimos anos

A análise da evolução histórica do ensino de línguas estrangeiras na China revela um percurso sinuoso. Cada etapa dessa trajetória está profundamente vinculada aos interesses e à segurança nacionais, aos sentimentos coletivos da população, bem como à visão internacional do país. Como Guo Fengming (2020) destaca, diante da contínua transformação do papel internacional da China, as políticas e os planeamentos educativos em línguas estrangeiras têm sido objeto de constantes adaptações. Estas medidas têm como principal objetivo promover a conexão global, maximizar a utilização do capital linguístico e, primordialmente, garantir a segurança nacional.

À medida que as teorias geopolíticas, políticas e académicas globais evoluem, a conceção da política e do planeamento linguístico altera-se concomitantemente. O planeamento linguístico e a política de idiomas constituem o objeto de estudo da sociolinguística e um dos pontos críticos da pesquisa académica nos últimos anos. Neste âmbito, Cooper (1989) opôs-se a uma interpretação redutora do planeamento linguístico como sendo apenas uma "atividade de regulamentação e aperfeiçoamento da

aplicação de idiomas existentes" (p. 30). Para o autor, o planeamento linguístico não é apenas competência de linguistas, pedagogos ou lexicógrafos; os decisores políticos e legisladores visam atingir propósitos extralinguísticos, como a integração nacional e o controlo político, através destes instrumentos.

Já no Século XXI, Spolsky (2004) continuou a expansão da sua pesquisa sobre política linguística, ao ampliar o quadro teórico proposto por Schiffman (1996). Desta sistematização resultou a premissa de que "a política linguística é baseada na complexa situação da política, população, cultura económica, educação, religião e outros fatores sociais". Por conseguinte, a escolha de um idioma no seio das políticas linguísticas não constitui apenas uma opção discricionária, sendo, na verdade, um imperativo estratégico indissociável das dinâmicas intrínsecas de prestígio e poder da própria língua.

Em suma, a língua e a cultura mantêm uma relação de interdependência, na qual os padrões culturais moldam as decisões políticas e o planeamento linguístico. Os vetores identitários dos falantes são considerados variáveis de grande relevo para a promoção da integração étnica, pelo que a política e o planeamento linguístico de qualquer país estão intimamente relacionados com os interesses e a segurança nacional.

Desde a década de 1990, a indústria linguística da China experienciou três ondas de desenvolvimento, resultando numa configuração setorial mais diversificada, em que se registou uma expansão significativa da escala de mercado e um crescimento sustentado dos benefícios económicos e sociais. Para além do crescimento quantitativo da indústria, a melhoria da qualidade dos modelos de negócios e a diversidade linguística conferem à indústria linguística o potencial de um "desenvolvimento tridimensional", que Dong Xi´xiao explica da seguinte forma:

> devido ao início tardio da indústria de línguas minoritárias e ao grande número de idiomas envolvidos da China, os níveis de desenvolvimento de diferentes idiomas e formação são muito diferentes, o que resulta nos problemas como a baixa coesão de oferta e demanda, infraestrutura atrasada, e a falta de planeamento geral são comuns. (2020, pp. 12-13)

Depreende-se, assim, que as medidas corretivas necessárias para a situação atual do ensino de línguas minoritárias na China incluem: a investigação da relação entre oferta e procura organizada pelo governo, pela academia ou pelas associações do setor; o fortalecimento da construção de bases de dados de materiais linguísticos; assim como a normalização da avaliação e a integração do planeamento macro de línguas minoritárias na estratégia global de capacitação linguística nacional.

Na sétima edição da revista *Ensino Superior de Português da China* (2015), o diretor do Departamento de Português e Espanhol da Universidade de Dalian, Gu Fengxiang, reiterava que

> o objetivo da formação de estudantes de português atualmente na China, além da excelente capacidade de comunicação em língua portuguesa, é de aplicarem as suas competências de português em trabalhos de tradução, sendo que os trabalhos relacionados com o comércio também importam no futuro do mercado de português. (Gu, 2015)

O domínio técnico da fonética, leitura, escrita, audição e gramática, aliado ao intercâmbio académico e à cooperação com universidades de Portugal ou do Brasil, constitui um fator determinante para a inserção profissional no âmbito comercial.

Ao mesmo tempo, o número de cursos de Língua Portuguesa implementados nas universidades e nos institutos da China tem registado um crescimento assinalável. Os dados publicados no *Portal de Preparação do Exame Universitário* indicam que mais de trinta universidades chinesas estão em processo de implementação ou manifestaram o intuito de oferecer o curso de Língua Portuguesa Aplicada.

Tabela 1. As universidades com curso da Língua Portuguesa na China.

N.º	**Nome da universidade**	**Localização**
1	Universidade de Pequim	Pequim
2	Universidade Jiaotong de Pequim	Pequim
3	Universidade de Línguas de Pequim	Pequim
4	Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim	Pequim
5	Universidade de Comunicação da China	Pequim
6	Universidade de Estudos Estrangeiros de Tianjin	Tianjin
7	Universidade de Hebei	Hebei
8	Universidade de Estudos Estrangeiros de Dalian	Dalian
9	Universidade Normal de Haerbin	Haerbin
10	Universidade de Estudos Estrangeiros de Xangai	Xangai
11	Universidade Jiaotong Sul da China	Xangai
12	Universidade de Estudos Estrangeiros de Sichuan	Chengdu
13	Universidade de Finanças e Economia de Guizhou	Guizhou

14	Universidade de Estudos Estrangeiros de Xi'an	Xi'an
15	Universidade Jiaotong de Lanzhou	Lanzhou
16	Universidade de Línguas Estrangeiras de Jilin	Changchun
17	Universidade de Línguas Estrangeiras de Yuexiu da Zhejiang	Shaoxing
18	Universidade de Línguas Estrangeiras de Zhejiang	Hangzhou
19	Universidade de Tecnologia e Ciência de Gannan	Ganzhou
20	Instituto de Estudos Estrangeiros de Chongqing	Chongqing
21	Universidade de Línguas Estrangeiras de Cantão	Guangzhou

A análise da tabela apresentada supra permite constatar que a oferta formativa em Língua Portuguesa se tem expandido progressivamente para cidades menos desenvolvidas da China, acompanhando a tendência de crescimento da economia. Não obstante, são as universidades em Pequim, a capital, que se apresentam como os principais núcleos do ensino superior de Língua Portuguesa, destacando-se a Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim, a instituição de línguas mais prestigiada do país. Para além desta instituição, destacam-se a Universidade de Línguas Estrangeiras de Dalian, a Universidade de Estudos Internacionais de Xangai, a Universidade de Estudos Internacionais de Cantão e a Universidade de Estudos Internacionais de Xi'an, sendo pertinente observar que a criação de cursos de Português tem proliferado noutras províncias e cidades da China, além-capital.

1.2. A Influência Estratégica da Cooperação China-África e a Troca de Experiências Governamentais

Nas últimas décadas, a relação bilateral entre a China e o continente africano tem experienciado um desenvolvimento contínuo. As motivações para o envolvimento da China em África são diversificadas, compreendendo interesses económicos, imperativos estratégicos e objetivos políticos. Neste quadro, a cooperação no domínio da governação e da administração pública assumiu um papel central nesta interação. Distanciando-se do paradigma ocidental de assistência, a China pauta o seu apoio ao desenvolvimento africano com base na sua própria trajetória histórica e nas necessidades específicas dos países recetores. Este empenho também se reflete em debates teóricos sobre paradigmas de desenvolvimento internacional.

Em virtude disso, as práticas e experiências da China no apoio ao reforço da capacidade de governação africana têm sido reconhecidas tanto pelos países africanos quanto pelo sistema de desenvolvimento global.

Desde o início do século XXI, a cooperação comercial entre a China e os países africanos tem adotado diversos modelos, sendo o paradigma sino-angolano o mais representativo. Este modelo caracteriza-se pela cooperação económica e comercial assente na reciprocidade de interesses, tendo as entidades empresariais como atores fulcrais. Por essa razão, reflete as mutações na política de gestão do Ministério do Comércio da China ao longo dos anos, adaptando-se às diferentes fases da cooperação económica com os países africanos. Impulsionado pela cooperação política entre os dois países, o modelo é construído sobre as necessidades económicas e políticas comuns, estruturando-se em torno de um desenvolvimento compartilhado.

Assim, a procura pela Língua Portuguesa na China é fortemente influenciada pelas relações económicas e comerciais com o Brasil, principal parceiro comercial da China. Além disso, a intensificação da cooperação sino-angolana — aliada ao facto de o Português ser a língua oficial de cinco países africanos (PALOP) e de a China dispor de um contingente significativo de profissionais expatriados — está a gerar uma necessidade crescente de serviços linguísticos especializados.

Perante este cenário geopolítico e as dinâmicas comerciais bilaterais, uma série de universidades e instituições de ensino profissional chinesas têm investido na formação de profissionais com competências sólidas em Português. Este esforço visa atender às necessidades do mercado de trabalho africano, capitalizando o grande potencial do português como língua estrangeira e língua de trabalho. A relevância estratégica desta oportunidade educativa torna essencial o investimento na qualificação linguística destes quadros profissionais.

CAPÍTULO II – ANÁLISE DO MERCADO DE EMPREGO DOS LICENCIADOS DE PORTUGUÊS EM ÁFRICA

Enquanto única nação de expressão portuguesa na costa ocidental africana, a República de Angola, dotada de um vasto território e de abundantes recursos naturais, detém uma grande relevância na geoestratégia continental. Em virtude do acelerado incremento macroeconómico verificado no decurso das últimas décadas, Angola tem suscitado o interesse acrescido da comunidade internacional, sobretudo devido à exportação de recursos extrativos.

No âmago do grupo dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), é com Angola que a China estabelece relações económicas de particular densidade. O Estado angolano é um dos principais fornecedores de hidrocarbonetos à China e o principal parceiro comercial da nação asiática no mercado africano. A cooperação bilateral abrange domínios polivalentes e evidencia resultados expressivos, constituindo um exemplo relevante de cooperação entre a China e o continente africano.

Por um lado, o envolvimento sino-africano contempla um espectro heterogéneo de motivações, oscilando entre interesses mercantis e preocupações estratégicas de cariz geopolítico. Foi neste sentido que, no plano jurídico-comercial, o enquadramento instituído pelo Acordo Comercial de 1984 consolidou a cláusula de nação mais favorecida, fomentando a permeabilidade dos fluxos de capitais e mercadorias entre Pequim e Luanda.

2.1. Relações políticas bilaterais

O estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Popular da China e a República de Angola remonta a 12 de janeiro de 1983, período a partir do qual o intercâmbio bilateral tem vindo a consolidar-se de forma profícua. Em novembro de 2010, ambas as nações institucionalizaram uma parceria estratégica, que foi objeto de uma reconfiguração em março de 2024.

A solidez da articulação política entre as partes é corroborada pela frequência de visitas oficiais de alto nível, que acontecem em regime de reciprocidade diplomática, uma vez que as deslocações de representantes angolanos à China têm sido igualmente constantes, destacando-se a presença assídua do atual Chefe de Estado em diversos momentos de concertação estratégica.

Adicionalmente, por intermédio de canais de comunicação síncrona e instâncias telemáticas, as altas representações de ambas as nações têm mantido uma interlocução contínua. Em termos globais,

o relacionamento político bilateral sino-angolano é caracterizado por um elevado grau de confiança estratégica e por um auxílio recíproco.

2.1.1. Relações Económicas Intensas entre a China e Angola: Uma Parceria Estratégica na Área Energética e Comercial

No plano das dinâmicas bilaterais, a convergência de percursos históricos entre as nações africanas e a China tem fomentado um alinhamento de interesses e um consenso diplomático em torno de desafios partilhados no processo de desenvolvimento económico.

O robustecimento da cooperação sino-africana encontra o seu marco de institucionalização na génese do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000. Este mecanismo de concertação multilateral, impulsionado pelas diretrizes estratégicas delineadas em 1996, operou uma transição de um relacionamento diplomático para uma cooperação sistémica. Esta configuração geoestratégica viabiliza a expansão do espaço de influência internacional de Pequim, ao mesmo tempo que providencia o suporte infraestrutural e técnico necessário ao desenvolvimento dos Estados africanos.

Nesta senda, importa analisar a representatividade das corporações chinesas no continente africano, cujas esferas de atuação — que abrangem desde a engenharia civil às telecomunicações — constituem o contexto laboral e social onde se processa o contacto linguístico e, consequentemente, a aquisição de Português Língua Estrangeira (PLE).

Tabela 2. As dez principais empresas chinesas com operações em África.

N.º	**Nome da empresa**	**Entrada no mercado**
1	Power China	1964
2	Arquitetura da China	1982
3	Petro da China	1995
4	Hydro China	1996
5	Huawei	1997
6	ZTE Zhongxing	1997
7	CRRC	1998
8	Cooperação Rodoviária e Ponte da China em Angola	2000
9	Cooperação de Máquinas e Engenharia da China	2005
10	SinoMa da China	2015

A análise dos dados coligidos na Tabela 2 permite inferir que a cooperação sino-africana atingiu um patamar de consolidação sem precedentes, fenómeno que se reflete, primordialmente, na magnitude das transações económicas e comerciais e na perenidade do desenvolvimento bilateral. Além disso, a diversidade das formas de cooperação criou uma interdependência que, na atualidade, é o principal motor da mobilidade laboral e, consequentemente, da necessidade de proficiência em Português Língua Estrangeira (PLE) nos contextos profissionais aqui analisados.

2.2. Relações económicas e comerciais bilaterais e cooperação económico-técnica

Os dados coligidos pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros indicam ainda que, nos últimos anos, a China providenciou assistência económica e técnica a Angola, tendo concretizado diversos projetos de cariz infraestrutural, designadamente no âmbito da habitação económica, do Hospital Provincial de Luanda e de unidades de ensino primário em contexto rural.

Segundo o Ministério do Comércio da República Popular da China, "em 2021, o volume de comércio bilateral entre a China e Angola atingiu 23,34 mil milhões de dólares americanos, um aumento de 41,4% em termos homólogos. Dentre estes, a exportação da China foi de 2,49 mil milhões de dólares americanos, um aumento de 42,6% em termos homólogos, e a sua importação foi de 20,85 mil milhões de dólares americanos, um aumento de 41,3% face ao período anterior" (República Popular da China, 2021).

Segundo um artigo publicado em suporte digital em março de 2022, intitulado "Como as marcas chinesas conquistaram 40% do mercado de telefones móveis em África", "quatro dos dez utilizadores de telemóveis em África usam equipamentos chineses". Além do segmento das telecomunicações móveis, os empréstimos e investimentos chineses constituem uma fonte necessária de capital para a construção de infraestruturas e para o desenvolvimento industrial angolano. Para além do setor petrolífero, o investimento direto chinês incide também na produção de eletrodomésticos, veículos motorizados e pesados, nas infraestruturas, na agricultura e nas telecomunicações. Assim, a cooperação económica sino-angolana tem promovido significativamente o desenvolvimento do comércio bilateral, constatando-se que Angola é o segundo maior parceiro comercial da China entre os países de língua portuguesa, sendo antecedida apenas pelo Brasil.

2.3. O desenvolvimento do mercado de emprego do Português em África

A partir de 2014, a tendência de emprego dos licenciados em Português sofreu uma mutação

significativa. Em detrimento da ocupação de cargos de relevo em mercados como o africano ou o brasileiro, observa-se uma preferência crescente pela fixação no mercado interno chinês, em organizações que garantem uma maior estabilidade institucional. Conforme o estudo de Luo Xiujuan (2015) sobre a empregabilidade de licenciados em Língua Portuguesa em trinta empresas, "a situação de emprego dos licenciados em português, principalmente nas escolas de formação profissional, está melhor do que no ano passado, registando uma pequena mudança na tendência de emprego [...] os licenciados preferem trabalhar dentro do país". As trajetórias profissionais dos egressos das instituições de ensino profissional de línguas revelam uma elevada concentração setorial, com mais de 90% dos indivíduos a optarem por integrar empresas de comércio externo. De acordo com a investigação de Luo Xiujuan, "as competências exigidas para cargos profissionais incluem principalmente o conhecimento do modelo de carregamento e atualização de informação traduzida em língua portuguesa de produtos para a Internet". Destaca-se ainda a capacidade de gestão de fluxos comunicacionais, nomeadamente a resposta célere a solicitações e consultas de clientes via correio eletrónico em Português, propondo soluções práticas por meio de plataformas de comércio eletrónico.

A análise dos estágios curriculares também evidencia que "as tipologias funcionais se dividem em quatro grandes categorias: vendedor para o mercado externo, secretariado de comércio internacional, analista de mercado e serviço de apoio ao cliente em Português", o que reitera uma orientação profissional vincadamente adstrita ao setor terciário e comercial. As funções relacionadas com o comércio externo, tradicionalmente consolidadas, têm adquirido uma centralidade renovada face à atual conjuntura macroeconómica. Neste sentido, os funcionários atuam como facilitadores dos processos de transação, otimizando a relação entre a oferta e a procura, o que contribui para a mitigação de custos de intermediação e para o aumento da eficiência operacional das empresas. A investigação sobre a situação de emprego de licenciados em Português em trinta empresas (Luo, 2015) corrobora a premência de uma reestruturação curricular nas escolas de formação profissional, legitimando a implementação de novos planos de estudos que respondam com precisão às exigências pragmáticas do mercado.

2.4. Cooperação noutros setores

Ambos os Estados ratificaram protocolos de cooperação cultural, isenção recíproca de vistos para titulares de passaportes diplomáticos e de serviço, juntamente com acordos de facilitação de vistos, transporte aéreo e tratados de extradição. Lao Tu assevera que

existem atualmente cerca de 100 000 chineses residentes em Angola, principalmente nas províncias

de Luanda e Huambo, envolvidos em principais projetos de investimento e comércio, como setores de petróleo, gás, agricultura, água potável, pesca, imobiliário, construção (materiais de construção, mobiliário), indústria farmacêutica, produtos químicos diários, produção de cimento e agropecuária. (2021)

No biénio 2020-2021, contabilizaram-se 409 estudantes em regime de mobilidade internacional, dos quais 135 beneficiaram de bolsas governamentais. Em fevereiro de 2015, procedeu-se à inauguração oficial do Instituto Confúcio em Angola — um projeto conjunto entre a Universidade Normal de Harbin, a CITIC Construction e a Universidade Agostinho Neto (UAN) —, destacando-se por constituir a primeira unidade desta rede global a contar com o respaldo direto do setor empresarial chinês.

O desempenho da economia chinesa consolidou o país numa posição de hegemonia no panorama global. Não obstante o seu estatuto de economia em transição e a desaceleração conjuntural registada recentemente — exacerbada pelo panorama internacional e pelo impacto da COVID-19 —, o crescimento do mercado de consumo interno preservou um ritmo assinalável. A articulação entre as diretrizes políticas nacionais e o desenvolvimento económico, coadjuvada pelo apoio governamental chinês aos Estados africanos, revela um potencial significativo para a implementação de projetos estratégicos no continente.

A expansão contínua das relações bilaterais sino-lusófonas permitiu a difusão da língua portuguesa na China, conferindo aos profissionais detentores de competências bilingues uma perspetiva de empregabilidade altamente promissora. Segundo Zeng (2015), "a procura por profissionais com proficiência avançada em português manter-se-á estável por, pelo menos, um quinquénio". À medida que estes profissionais aprofundam o seu domínio da língua e acumulam experiência de trabalho, abrem-se-lhes perspetivas de progressão na carreira cada vez mais diversificadas.

Conforme se depreende da análise constante no artigo "A Análise do Ranking de Emprego dos Institutos e Universidades de Línguas na China", a especialização em Língua Portuguesa ocupa o lugar cimeiro na procura de profissionais qualificados. Este fenómeno está diretamente relacionado com a expansão comercial da China na América Latina e em África, regiões que as empresas chinesas encaram como mercados estratégicos. Neste contexto, o domínio do português torna-se um requisito indispensável para a viabilização destas operações, o que acentua a necessidade de profissionais com competências sólidas nesta língua.

Diversas entidades empresariais têm adotado paradigmas de internacionalização que contemplam o investimento na capacitação linguística dos seus colaboradores. Esta tendência é

corroborada por Zeng (2015), que sublinha que, perante a escassez de falantes proficientes no mercado, os graduados nesta área — mesmo em fase de inserção profissional — tendem a auferir rendimentos comparativamente mais atrativos do que os de outras áreas. Esta vantagem salarial explica, em parte, o interesse crescente pela aprendizagem do Português no sistema educativo chinês.

Incremento este que se dá num período em que a cooperação económica e comercial sino-africana regista, de igual modo, um crescimento notório. Conforme Yang Guang (2019) assinala, "a cooperação China-África é benéfica para ambos os lados no âmbito do comércio. A China importa uma variedade significativa de recursos naturais africanos, o que auxilia a suprir as necessidades internas de matérias-primas e recursos para o seu desenvolvimento, enquanto África se revela como um mercado crucial para produtos industriais chineses". Além disso, para além das atividades comerciais tradicionais, as empresas chinesas investem também em projetos de cariz social na região, como a construção de hospitais, escolas e infraestruturas essenciais. Esses esforços contribuem diretamente para o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A China, por sua vez, atravessa um processo de transformação económica, em que o paradigma de crescimento outrora alicerçado na exploração intensiva, na força de trabalho de baixo custo e na dependência do mercado interno tem sido progressivamente substituído por uma abordagem mais sustentável e equilibrada. Neste quadro, a cooperação com a África apresenta-se como um caminho para o desenvolvimento compartilhado e a construção de uma parceria mais equilibrada e duradoura.

Por estas razões, as perspetivas de cooperação futura entre a China e África afiguram-se promissoras. Perante a saturação do mercado interno e a necessidade de reestruturação económica, a China tende a promover a deslocalização de diversos setores industriais e, neste contexto, o continente africano apresenta-se como uma opção promissora.

CAPÍTULO III - O CASO PRÁTICO DA EMPRESA *CHINA ROAD AND BRIDGE CORPORATION* (CRBC) EM ÁFRICA

Neste capítulo, proceder-se-á à análise das áreas que requerem uma maior densidade teórica, elucidando as razões que permitem compreender a relevância da comunidade chinesa que exerce atividade profissional em África. Serão também discutidas as limitações dos quadros teóricos existentes na sua aplicação a este grupo específico.

Uma das correntes teóricas contemporâneas, emergente da tradição neoclássica, é a denominada "Nova Economia da Migração Laboral" (NELM). Esta perspetiva, associada fundamentalmente ao pensamento de Stark (1991), surge como uma crítica interna aos modelos microeconómicos do neoclassicismo, introduzindo revisões que ampliam e refinam a teoria original.

Como resultado, a NELM centra-se apenas nas causas e consequências da migração na região de origem, o que permite contextualizar a importância da aquisição da língua portuguesa para os profissionais chineses que atuam no mercado africano na contemporaneidade, aspeto que será discutido em maior detalhe no Capítulo IV.

Por outro lado, devido ao célere desenvolvimento económico da China e ao seu modelo de desenvolvimento assente em indústrias de elevada intensidade energética, evidencia-se uma procura cada vez mais acentuada por recursos naturais, com predominância dos hidrocarbonetos. Neste cenário, Angola surge como um eixo prioritário na estratégia de internacionalização chinesa (*Going Global*), funcionando como um destino estratégico para as empresas que pretendem adquirir experiência transnacional, implementar empreendimentos e concretizar investimentos estruturantes. É evidente a predominância de motivações económicas na génese da cooperação sino-angolana, especialmente após o término do conflito civil e a subsequente estabilização social e recuperação económica do país. Com efeito, após mais de 40 anos de conflito armado, o país africano necessitou urgentemente de reconstruir as suas infraestruturas como pressuposto para o seu crescimento económico. Para tal, o Governo angolano tem implementado um ambicioso programa de reconstrução de infraestruturas, para o qual a participação de capital internacional se tem revelado indispensável.

No início da década de 1990, a República Popular da China iniciou a transição do seu modelo de assistência em África para um paradigma de cooperação assente no risco mútuo entre entidades bilaterais. Em 1995, o executivo chinês procedeu à reforma dos mecanismos de ajuda externa,

deslocando o eixo da cooperação sino-africana da esfera estritamente governamental para a esfera empresarial, diversificando simultaneamente os métodos e os fundos de financiamento. A China tem fomentado o estabelecimento de projetos produtivos nos países beneficiários, procurando impulsionar o desenvolvimento económico através da convergência entre ajuda externa, do investimento direto, da contratação de serviços de engenharia, da cooperação laboral e dos fluxos de exportação.

Conforme mencionado anteriormente, o governo chinês implementou a estratégia de internacionalização *Going Global* no ano 2000, na tentativa de responder aos desafios da globalização económica. As empresas chinesas detêm uma experiência consolidada em setores como o têxtil, o dos eletrodomésticos, o dos materiais de construção e o do processamento agroalimentar, disponibilizando produtos com uma relação custo-benefício competitiva no mercado africano. É neste contexto que o continente africano se apresenta como um espaço prioritário para a implementação da estratégia de expansão global da China, que adotou mecanismos de incentivo à instalação de unidades produtivas em território africano, nomeadamente através da flexibilização das restrições ao investimento externo e da concessão de isenções fiscais na exportação de bens de equipamento e matéria-prima.

Este cenário constituiu o alicerce para a cooperação sino-angolana, sendo que, no plano político, o governo angolano tem encarado as relações bilaterais com Pequim como pragmáticas e mutuamente benéficas, o que conduziu à intensificação dos laços económicos, particularmente a partir de 2004, na sequência de diversos contactos diplomáticos que mobilizaram atores dos setores público e privado.

No contexto angolano, destaca-se o designado "Modelo Angola", uma estratégia de cooperação que assenta no ideal de "infraestruturas por recursos naturais". Implementado a partir de 2004, este modelo permitiu que Angola — um país devastado por décadas de conflito civil — acedesse a capitais e linhas de crédito cruciais para a urgente reconstrução nacional. Neste quadro, o Governo angolano tem priorizado a adjudicação de projetos a empresas chinesas, que beneficiam de vantagens competitivas, tais como o acesso a financiamentos bancários favoráveis e a disponibilidade de recursos técnicos e humanos provenientes da China.

Em consequência desta dinâmica, registou-se a fixação de um contingente significativo de profissionais chineses em Angola e Moçambique, abrangendo engenheiros, arquitetos, tradutores e quadros técnicos. Este fenómeno deu origem à formação de uma comunidade chinesa com características sociolinguísticas muito particulares, sendo marcado por um perfil linguístico bastante heterogéneo, uma vez que, enquanto alguns frequentaram cursos de Língua Portuguesa de curta duração antes da sua partida, outros iniciaram o seu percurso laboral sem qualquer formação linguística

prévia. É precisamente este processo de aquisição do Português como Língua Estrangeira (PLE) em contexto laboral e imersivo que constitui o objeto central da presente dissertação.

3.1. Informação básica sobre a Empresa *China Road and Bridge Corporation*

A *China Road and Bridge Corporation* (CRBC) é uma organização chinesa de dimensão multinacional. A empresa dedica-se à execução de grandes projetos de infraestruturas de base, tais como estradas, pontes, túneis, ferrovias, portos e aeroportos. A CRBC caracteriza-se pela implementação de projetos de reputado nível internacional, procurando conciliar a competência técnica com os princípios da responsabilidade social corporativa. Com efeito, a empresa pauta a sua atuação pelo respeito pelas especificidades de cada nação: a cultura, a religião, os hábitos e os costumes locais. Paralelamente, é política da empresa contribuir ativamente em prol das sociedades locais, auxiliando as populações na mitigação dos efeitos de desastres naturais e no reforço dos sistemas educativos e de saúde locais.

A CRBC procura fomentar o desenvolvimento harmonioso das infraestruturas rodoviárias em todo o mundo, alicerçando a sua ação em princípios de ética profissional e responsabilidade social. A empresa manifesta uma preocupação constante com o desenvolvimento da educação no país onde o projeto está localizado, valorizando o investimento no capital humano local. Durante a implementação dos projetos, a organização procura prestar o auxílio necessário para o desenvolvimento cultural e educacional local, através do apoio a instituições de ensino primário, da promoção da formação de estudantes internacionais e da doação de recursos didáticos.

Imagem 1. Estudantes apoiados pela CRBC.



Fonte: elaboração própria.

Imagem 2. Estudantes de uma escola primária que a CRBC ajudou a construir.



Fonte: elaboração própria.

3.2. Características do meio ambiente dos trabalhadores da empresa (CRBC)

O grupo *China Road and Bridge Corporation* (CRBC) iniciou a sua operação no mercado de contratação de engenharia em Angola em 2004, procedendo à institucionalização do seu gabinete de representação em 2005. A CRBC desempenha um papel de grande importância na consolidação das infraestruturas angolanas, posicionando-se como uma das principais empresas estatais chinesas com projeção internacional e como um importante ator estratégico na implementação da iniciativa *Going Global* e da política "Uma Faixa e Uma Rota". Política esta que também tem sido alimentada pelas relações diplomáticas entre a República Popular da China e a República de Angola que, depois de estabelecidas em 1983, se têm consolidado através de um intercâmbio institucional e político permanente. No decurso de outubro de 2000, o Ministro do Comércio de Angola e o Vice-Ministro das Relações Exteriores lideraram uma delegação ao Fórum de Cooperação China-África, no âmbito da Conferência Ministerial de Pequim. E, ao longo de 2001 e 2002, registou-se um intenso intercâmbio de delegações de alto nível. Este fluxo de intercâmbio institucional evidencia que as relações diplomáticas se têm mantido estáveis e duradouras. Esta proximidade potenciou o conhecimento mútuo e aprofundou os laços históricos, contribuindo para uma cooperação multifacetada nos domínios político, económico, cultural e militar. O executivo chinês tem reiterado o seu apoio ao processo de consolidação da paz e à reconstrução pós-guerra em Angola; em reciprocidade, o governo angolano mantém o seu alinhamento com a política de "Uma Só China" e com as posições chinesas em fóruns internacionais.

Recentemente, a eclosão de movimentos grevistas e de instabilidade social na região de Luanda

comprometeu as condições de segurança, sublinhando a premência de regulamentações rigorosas no domínio da gestão territorial e laboral. Isto porque, no contexto das dinâmicas organizacionais, territorialização equivale ao processo de localização operacional.

É importante destacar que uma parcela significativa do contingente de condutores, administrativos, rececionistas e gestores intermédios é de nacionalidade angolana. É, contudo, evidente que a interação com proprietários, supervisores e representantes governamentais se processa, quase exclusivamente, em língua portuguesa. Consequentemente, para além da dependência de serviços de tradução, diversos funcionários procuram adquirir competências comunicativas basilares para otimizar a sua eficácia laboral e facilitar a interação quotidiana. A valorização do domínio linguístico é amplamente reconhecida como um vetor de progressão na carreira. Cite-se, a título exemplificativo, o percurso de um colaborador que, tendo iniciado funções como inspetor num projeto rodoviário em 2016, logrou ascender à categoria de gestor de projetos em 2023, fruto do aprimoramento contínuo da sua proficiência em português em contexto de imersão profissional.

Por fim, importa sublinhar que o vigor da cooperação agrícola sino-angolana, consubstanciado em empreendimentos de grande envergadura como os polos experimentais no Uíge e em Malange, vai muito além de uma simples transferência tecnológica e económica. Estes espaços funcionam como zonas de contacto em que a articulação entre o saber técnico chinês e a mão de obra local torna a mediação linguística indispensável.

A redução da dependência de importações e a recuperação do setor agrícola angolano contribuem, em simultâneo, para criar ambientes de trabalho em que a comunicação entre chineses e angolanos é constante e em que o português se torna a ferramenta indispensável para a coordenação técnica e a convivência quotidiana. É neste cruzamento entre a reconstrução de infraestruturas e a vida quotidiana fora dos grandes centros que se define a comunidade chinesa em Angola — um grupo diversificado de falantes cujas formas de aprendizagem do Português, motivadas por necessidades profissionais concretas, serão analisadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV – CASOS SOBRE O USO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA (PLE) POR TRABALHADORES CHINESES EM ANGOLA

A China e o continente africano têm estabelecido relações de cooperação e intercâmbio há várias décadas. Em junho de 2019, a Exposição Económica e Comercial entre a China e África, coorganizada pelo Ministério do Comércio da China e pelo Governo Popular da Província de Hunan, foi realizada em Changsha. A Exposição foi uma nova plataforma para implementar as iniciativas económicas e comerciais do Fórum sobre Cooperação China-África e uma nova janela para a cooperação económica e comercial local com África. Subordinada ao tema "Cooperação de benefícios mútuos e promoção prática das relações económicas e comerciais sino-africanas", a Exposição centrou-se em áreas como o comércio, a agricultura, o investimento e o financiamento, parques de cooperação e infraestruturas. Os dados apresentados por Liu Meng (2023), no artigo *A Terceira Exposição Económica e Comercial da China e África*, mostram que, sob o tema de procurar um desenvolvimento comum e compartilhar o futuro, oito países africanos, incluindo Moçambique, serviram como convidados de honra, enquanto as províncias de Shandong e Hubei serviram como províncias temáticas. Cerca de 53 países africanos que estabeleceram relações diplomáticas, oito organizações internacionais, 30 províncias domésticas, cidades e mais de 1500 empresas centrais, associações empresariais e instituições financeiras inscreveram-se para participar da conferência.

A Exposição também se concentrou na exibição de máquinas de engenharia chinesa, equipamentos médicos e equipamentos agrícolas. Li Fei, Vice-Ministro do Comércio da China, reiterou que a Exposição Económica e Comercial sino-africana constitui um mecanismo fundamental para a cooperação bilateral, cuja relevância é estratégica para a promoção da abertura económica chinesa e para a consolidação de uma "dupla circulação" estratégica. A otimização contínua desta plataforma visa fortalecer a cooperação de alto nível, promovendo um desenvolvimento de elevada qualidade e a construção de uma "comunidade de destino comum" entre a China e a África.

Segundo o *Anteprojeto de Estatuto da Aliança de Investigação entre a China e os Países Lusófonos*, publicado pelo Centro Chinês de Estudos dos Países de Língua Portuguesa (CCEPLP) em agosto de 2021, estipula-se que "[...] a fim de reforçar a cooperação em matéria de informação e intercâmbio académico, podem ser realizados regularmente ou extraordinariamente seminários especiais e atividades de intercâmbio académico no país e no estrangeiro."

A contribuição das empresas chinesas em projetos de cooperação em África é evidente. No

entanto, a presença chinesa em Angola tem suscitado debates e controvérsias complexos. A problemática em torno do recrutamento de mão de obra local e da transferência de tecnologia reflete a assimetria na composição das equipas em projetos executados por empresas chinesas, que manifestam maior propensão para a contratação de trabalhadores de nacionalidade chinesa — especialmente para cargos técnicos e de engenharia que exigem um elevado saber tecnológico e competências especializadas. Esta realidade é, em larga medida, tributária da erosão do sistema de ensino básico e vocacional angolano, decorrente dos longos períodos de conflito armado, o que dificulta a mobilização de trabalhadores locais com a qualificação técnica exigida. Note-se, nesse sentido, que o ensino superior em Angola apresenta uma hiperespecialização nos setores petrolífero e mineiro, resultando numa escassez de quadros qualificados para outros domínios industriais. Paralelamente, verifica-se que diversas entidades adjudicatárias angolanas revelam uma inclinação para subcontratar o fornecimento de materiais e serviços a empresas chinesas, fenómeno que, embora operacionalmente eficaz, pode inibir a consolidação da indústria nacional e a geração de emprego local.

Por conseguinte, a subcontratação de empresas locais — cujos custos operacionais são, habitualmente, superiores aos das suas homólogas chinesas — tornou-se financeiramente inviável. Esta conjuntura configura, aliás, um desafio comum enfrentado pelas empresas chinesas no continente africano.

Ademais, qualquer organização enfrenta óbices em processos de localização operacional. Em Angola, observa-se que apenas uma reduzida proporção dos trabalhadores chineses possui competências comunicativas em língua inglesa ou rudimentos de língua portuguesa. Constata-se também que a maioria dos profissionais da "linha da frente", com particular incidência nos operários da construção civil, permanece confinada aos estaleiros, sem estabelecer qualquer interação comunicativa com a população local. Esta segregação socioespacial reforça o objeto central deste capítulo: a constatação de que a generalidade dos trabalhadores chineses em África carece de uma proficiência básica em língua portuguesa, o que compromete a sua integração e a eficácia da sua mediação linguística no terreno.

4.1. A situação da aprendizagem da Língua Portuguesa pelos trabalhadores chineses da empresa (CRBC)

Para além das dinâmicas estritamente económicas e comerciais, a relação bilateral entre a China e o continente africano tem-se densificado no domínio académico. Com efeito, as instituições de ensino superior e as entidades financeiras chinesas têm sido um destino frequente de delegações e

especialistas africanos.

Desde 2010, assiste-se a um intercâmbio académico consolidado entre a China e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Um exemplo elucidativo desta tendência é o "Projeto de Visita à China por Académicos e Profissionais Seniores da Imprensa de Países Africanos de Língua Portuguesa" (2019), integrado no "Plano Conjunto Sino-Africano de Investigação e Intercâmbio" do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China. Este programa, executado pelo Instituto de Investigação em Comunicação da Universidade de Comunicação da China, evidencia a centralidade de Pequim enquanto núcleo de convergência dos intercâmbios académicos sino-africanos e das instituições dedicadas ao ensino da Língua Portuguesa.

Imagem 3. Visita da Delegação dos Académicos e Profissionais dos Media dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa à China.



Fonte: elaboração própria.

De acordo com os registos publicados pelo Instituto de Investigação em Comunicação da Universidade de Comunicação da China (2019), no seguimento da cerimónia de lançamento do projeto, o vice-diretor Li Chong proferiu uma palestra versando a cooperação sino-africana no contexto da cúpula de Pequim do Fórum sobre Cooperação China-África (FOCAC). Nesta intervenção, sublinhou-se que "o fomento da cooperação entre a China e África no âmbito da iniciativa "Uma Faixa e Uma Rota" alicerça-se numa matriz histórica e prática. Atualmente, a China ratificou memorandos de cooperação com 37

países africanos neste domínio."

Esta interação é, ela própria, uma modalidade de cooperação entre economias em desenvolvimento, pautando-se pelos modelos de desenvolvimento característicos da cooperação Sul-Sul. A relação entre a China e África constitui uma parceria de espectro abrangente, cujo objetivo próximo reside na otimização dos índices de qualidade e eficiência, levando ao incremento do bem-estar social das populações.

Simultaneamente, o papel de Macau enquanto plataforma de convergência entre a China e os Países de Língua Portuguesa tem-se intensificado. Após a mitigação dos impactos da COVID-19, verificou-se um incremento nas visitas de quadros de instituições financeiras africanas de Língua Portuguesa à China continental. Em maio de 2023, a Autoridade Monetária de Macau (AMCM) promoveu uma ação de formação para supervisores de seguros lusófonos, enquadrada na Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL). Este evento, originalmente previsto para 2020, contou com a participação de 12 supervisores provenientes de quatro países lusófonos de África. Adicionalmente, em estreita articulação com o seu posicionamento estratégico, a AMCM coordenou a primeira visita de estudo a instituições financeiras e entidades comerciais na Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau, em Hengqin.

Esta iniciativa procurou facultar aos formandos o contacto direto com as dinâmicas de Macau enquanto plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e o espaço lusófono.

Imagem 4. Visita da Organização da Ação de Formação para os supervisores de Seguros Lusófonos.



Fonte: elaboração própria.

A *China Road and Bridge Corporation* (CRBC) é uma empresa pública de grande escala, sob a

tutela da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado. A sua constituição visou a sucessão das operações do Grupo Rodoviário e Ponte da China, incidindo as suas áreas nucleares de intervenção na engenharia, construção, planeamento, supervisão, consultoria e comércio internacional. A CRBC foi uma das quatro pioneiras entre as grandes empresas estatais chinesas a ingressar no mercado internacional de contratação de obras de engenharia, atuando predominantemente em infraestruturas rodoviárias, pontes, portos, caminhos de ferro, aeroportos, túneis e engenharia hidráulica. Com presença em mais de 50 países, a organização consolidou uma rede de gestão transnacional que funciona como uma plataforma estratégica para as operações externas da economia chinesa.

Historicamente, a CRBC assumiu, logo em 1958, funções de assistência económica externa. Na década de 1970, a empresa foi responsável pela construção do Porto da Amizade, na Mauritânia, projeto emblemático da cooperação Sul-Sul no continente africano.

Neste contexto geopolítico, a CRBC tem procurado densificar a comunicação com os Estados africanos, implementando, para o efeito, uma estratégia de capacitação linguística em Língua Portuguesa direcionada aos seus quadros expatriados. A organização promove programas de formação para os colaboradores que exercem funções na empresa, recorrendo a docentes de nacionalidade chinesa com proficiência em Português (como língua estrangeira) para lecionar os conteúdos, estabelecendo simultaneamente mecanismos de avaliação de desempenho linguístico.

Imagem 5. Visita da Organização da Ação de Formação à Associação da Junta de Freguesia de Macau.



Fonte: Biblioteca da Universidade de Macau.

No âmbito da visita oficial à Região Administrativa Especial de Macau, em 2014, o Presidente Xi Jinping reiterou a importância estratégica do território enquanto plataforma de convergência cultural e

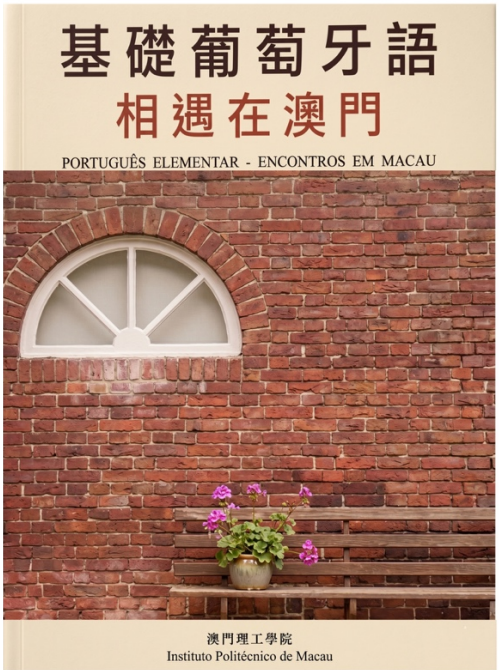
económica entre a China e os países lusófonos.

Foi neste contexto de fomento da cooperação sino-lusófona que a CRBC selecionou o manual didático *Encontros em Macau* (2002) para ministrar a formação linguística aos seus trabalhadores em Luanda. A obra conta com a coautoria de Ana Cristina Alves, académica doutorada em Cultura Chinesa com vasta experiência no estudo das relações linguísticas e culturais entre a China e o espaço lusófono. A escolha deste material por parte da CRBC reflete o esforço institucional em dotar os seus quadros de competências comunicativas, ainda que a aplicação de um manual concebido para o contexto de Macau num cenário laboral angolano constitua um ponto passível de análise crítica.

4.1.1 Identificação do tipo de material didático selecionado

Esta série de materiais didáticos é composta por três volumes, sendo que cada tomo se encontra estruturado em 12 unidades didáticas. Cada unidade subdivide-se em cinco secções distintas. No âmbito do presente estudo, proceder-se-á à análise de duas unidades representativas do primeiro volume. A macroestrutura de cada unidade inicia-se, habitualmente, pela contextualização pragmática de um cenário comunicativo, seguida da apresentação de um texto dialogado. Subsequentemente, elencam-se o léxico especializado e as expressões idiomáticas recorrentes, acompanhados pela sistematização de conteúdos gramaticais e paradigmas verbais. A estrutura encerra com uma componente de consolidação prática (exercícios) e uma secção dedicada a aspetos da cultura lusófona.

Imagem 6. Capa do manual *Encontros em Macau*.



Fonte: *Encontros em Macau (2002)*.

Informações básicas sobre o manual:

Nome: *Encontros em Macau*

Autores: Ana Cristina Alves; Chao WaiHao; Li Jian

Data de publicação: dezembro de 2002

Páginas: 152

Tamanho: Tabela A 16

Preço: 40 RMB

Línguas: português e chinês

4.1.2 Público-alvo

A Universidade de Macau e o Instituto Politécnico de Macau são as instituições de ensino superior de maior relevo no panorama da lusofonia em Macau, constituindo núcleos de referência para a aprendizagem do Português na região. Um dos pontos estratégicos da promoção da língua portuguesa nestas instituições prende-se com a cooperação académica com universidades do espaço lusófono, visando fomentar a mobilidade internacional de estudantes chineses.

Este material didático funciona como um veículo de mediação cultural que permite aos alunos da China continental uma aproximação à realidade de Macau. Por outro lado, a circulação destes materiais na China continental visa colmatar lacunas bibliográficas nas instituições de ensino superior locais. A reestruturação e adaptação destes conteúdos, através de uma análise comparativa entre os paradigmas pedagógicos chineses e portugueses, constitui um contributo relevante para a evolução da didática do português na China, procurando responder a possíveis necessidades comunicativas futuras.

4.1.3. Grelha de análise do material didático

4.1.3.1. Guião de Análise do Manual para Estudantes Chineses

1.1. Capa

1.1.1. O projeto de capa interessa os alunos

☑ Sim ☐ Não

1.1.2. O projeto de capa é refinado

☑ Sim ☐ Não

1.1.3. O projeto de capa é adequado à idade dos alunos

☑ Sim ☐ Não

1.2. Formato
É conveniente ao portador
☑ Sim ☐ Não

1.3. Volume
É adaptado ao público-alvo
☑ Sim ☐ Não

1.4. Papel
1.4.1. O aspeto do papel utilizado é
☐ Transparente ☑ Semitransparente ☐ Opaco

1.4.2. O papel utilizado é facilitador de uma boa legibilidade
☑ Sim ☐ Não

1.5. Relação qualidade/preço
O preço do manual é aceitável
☑ Sim ☐ Não

2. Aspetos Fundamentais
2.1. Referência editorial
Título: *Encontros em Macau*
Subtítulo: *A Língua Portuguesa Básica*
Editora: Chao WaiHao; Li Jian
Localidade: Macau

2.2. Autores
Nome: Ana Cristina Alves
Habilitações: licenciatura
Legibilidade
☐ Fácil ☑ Difícil

2.3. Âmbito de aplicação
2.3.1. Desenvolve objetos e conteúdos:
☐ Um período letivo
☐ Um ano de escolaridade
☑ Um ciclo de ensino

2.3.2. Contempla
☐ Uma só disciplina
☑ Diversas disciplinas

2.3.3. A idade dos alunos-alvo é
☐ Crianças

☑ Jovens
☐ Adultos

2.4 Componentes
Existe material especialmente dirigido aos professores
☑ Sim ☐ Não
Em caso afirmativo, esse material contém:
☑ Avaliação dos textos
☑ Chaves dos exercícios
☑ Metodologia do ensino

2.5. Tipo de Material
2.5.1. Trata-se de material
☑ Reutilizado ☐ Não reutilizado

2.5.2. Os exercícios e as atividades são:
☑ Individuais ☐ Coletivos

2.5.3. O manual contém elementos para uso
☐ Exclusivo dos alunos
☑ Misto dos alunos e dos professores
☐ De alunos e de professores em componentes separadas

3. Estrutura
3.1. Distribuição
3.1.1. O Manual está estruturado:
☐ Em partes
☐ Em capítulos
☐ Em dossiers
☑ Em lições
☑ Em unidades de aprendizagem

3.1.2. As aprendizagens incluem:
☑ Objetivo
☑ Atividades
☑ Resumos
☐ Exercícios de aplicação
☑ Exercícios de avaliação
☐ Exercícios de integração
☑ Pré-requisitos
☐ Outras propostas (a determinar)

3.2. Coerência
3.2.1. A coerência interna do manual é respeitada:
☐ entre as partes

☐ entre os capítulos
☑ entre as lições
☑ entre unidades de aprendizagem

4. Conteúdo
4.1. Noções
4.1.1. O conteúdo do manual é adequado
☑ Ao programa
☐ Ao nível intelectual do aluno
☑ Ao alvo do curso

4.1.2. O conteúdo do manual é:
☐ Rigoroso
☑ Atual

4.1.3
a) O conteúdo do manual faz referência a situações relacionadas com o ambiente do aluno.
☑ Sim ☐ Não
b) O conteúdo do manual faz referência a situações da vida quotidiana do aluno.
☑ Sim ☐ Não
c) Há equilíbrio entre as situações propostas (meio rural/meio urbano).
☑ Sim ☐ Não
d) O esclarecimento satisfaz as exigências dos alunos de diferentes níveis culturais.
☑ Sim ☐ Não

4.1.4 O manual para os alunos chineses explora os seguintes tópicos/competências:
☑ Tradução
☐ Tradução oral
☐ Audição
☑ Leitura
☐ Oralidade
☑ Escrita

4.1.5. Os objetos pedagógicos gerais estão definidos:
☑ No manual do professor
☐ No manual do aluno

4.2 Metodologia
4.2.1. A estratégia desenvolve a capacidade de aprender a aprender (pesquisas autónomas, exercícios abertos...)
☐ nada ☐ pouco ☑ medianamente ☐ muito

4.2.2. A estratégia privilegia:

	nada	**pouco**	**medianamente**	**muito**
a) atividades funcionais				✓

b) atividades de estruturação			✓	

4.2.3. Tarefas de aprendizagem propostas no manual:

☑ Leitura do manual

☑ Memória de palavras

☑ Respostas a perguntas

4.2.4. Meios de aprendizagem:

☐ Vídeo

☑ Gravação

☐ Notícia

☑ Artigo

4.3 Funções

4.3.1. O manual declara prosseguir as seguintes funções:

Relativo ao aluno

☑ Transmissão de conhecimentos

☑ Desenvolvimento de capacidades e de competências

☑ Avaliação das aquisições

☑ Integração das aquisições

Relativo ao professor

☑ Informação científica e geral

☑ Formação pedagógica

☐ Apoio às aprendizagens e à gestão dos cursos

5. Facilitadores

5.1. Facilitadores técnicos

5.1.1. O manual possui um índice

☑ Sim ☐ Não

5.1.2. O manual possui um resumo

☑ Sim ☐ Não

5.2. Facilitadores pedagógicos

5.2.1.

a) O manual possui um glossário ou um léxico

☑ Sim ☐ Não

b) Esse glossário ou léxico toma em linha de conta todas as palavras novas do manual.

☑ Sim ☐ Não

c) Em relação à unidade de aprendizagem, situam-se:

☐ no índice ☐ no interior ☑ no fim

5.2.2. O manual possui notas de rodapé:

☑ Sim ☐ Não

5.2.3. As informações mais importantes estão destacadas (sublinhado, itálico, cor...):

☑ Sim ☐ Não

6. Qualidade

6.1 O tipo de ilustrações é de boa qualidade, no plano de:

	Expressão		Impressão		Estética	
	sim	**não**	**sim**	**não**	**sim**	**não**
desenho	✓		✓			✓
fotografia		✓	✓		✓	
esquema	✓		✓			✓

6.2. A seleção de ilustração é adaptada à idade dos alunos

☑ Sim ☐ Não

6.3 Funções

6.3.1. Em relação aos objetivos de aprendizagem, as ilustrações têm uma função:

☐ indutiva

☑ explicativa

☑ avaliativa

☑ estética

☐ indicativa

7. Legibilidade

7.1. Legibilidade Tipográfica

7.1.1. As letras do manual são legíveis para os alunos

☐ nada ☐ parcialmente ☑ perfeitamente

7.1.2. O tamanho da página é:

☐ pequeno ☑ suficientemente ☐ demasiado

7.2 Legibilidade Linguística

7.2.1. A legibilidade dos textos é facilitada:

	pouco	medianamente	muito
a) pelo tamanho das frases		✓	
b) pela simplicidade do vocabulário		✓	
c) pelo número das palavras novas	✓		
d) pela utilização de palavras do vocabulário fundamental		✓	

7.2.2. O nível gramatical do manual curricular é adaptado à compreensão dos alunos

☑ Sim ☐ Não

4.1.3.2. Análise Contrastiva: Materiais Didáticos de Matrizes Chinesa e Portuguesa

4.1.3.2.1. Pontos de Convergência

O modelo textual adotado em ambos os materiais demonstra uma dependência direta do contexto sociolinguístico dos alunos chineses, privilegiando cenários comunicativos circunscritos ao ambiente académico e universitário.

4.1.3.2.2. Divergências Metodológicas e Estruturais

1. Arquitetura das Unidades Didáticas: Os materiais de matriz portuguesa enfatizam a consolidação prática imediata através de exercícios que sucedem o *input* textual. Em contraste, os manuais chineses tendem a aglutinar as atividades de fixação no final da unidade, privilegiando uma progressão linear.
2. Estratégias de Compreensão Textual: A metodologia chinesa prioriza a descodificação exaustiva do texto através de questionários de interpretação extensos. Em contrapartida, a metodologia portuguesa privilegia uma abordagem orientada para a compreensão global do texto, articulando momentos de pré-leitura, leitura e pós-leitura e mobilizando estratégias de inferência semântica, antecipação e ativação de conhecimentos prévios, em detrimento da análise pormenorizada de cada segmento textual.
3. Recursos Semióticos: Os manuais de matriz chinesa apresentam uma menor densidade de elementos iconográficos (imagens e ilustrações) quando comparados com a tradição editorial portuguesa, que utiliza o recurso visual como suporte à compreensão semântica.
4. Priorização da Norma Gramatical: Existe uma precedência explícita da sistematização gramatical e da conjugação verbal nos materiais chineses, que frequentemente precedem a exploração de outras competências, ao passo que os materiais portugueses adotam uma abordagem mais indutiva.
5. Condicionantes Materiais e Económicas: O custo de produção dos manuais chineses é, por norma, inferior, fruto da utilização de materiais de impressão simplificados e de uma paleta cromática limitada.
6. O Papel da Tradução: Contrariamente aos manuais portugueses, que omitem o recurso à tradução no processo de ensino-aprendizagem, os materiais chineses integram exercícios de versão e tradução, respondendo a uma necessidade pragmática dos alunos que, no contexto laboral africano, exercerão funções de mediação linguística.

4.1.3.2.3. Propostas de Expansão de Conteúdos

1. Componente Fonética: Para aprendentes em fase inicial, torna-se imperativo o reforço das regras de fonética e fonologia, de modo a mitigar as barreiras de inteligibilidade decorrentes da distância linguística entre o mandarim e o português.
2. Glossário Bilingue: A inclusão de equivalentes semânticos em língua chinesa para estruturas fundamentais (ex: fórmulas de saudação e identificação pessoal) facilitaria a apreensão imediata de funções comunicativas básicas.

4.1.3.2.4. Recomendações Críticas para o Material

Recomenda-se a atualização do material, adequando-o às normas contemporâneas de interação social. Por exemplo, a inclusão de diálogos sobre o estado civil pode ser considerada obsoleta ou intrusiva face aos paradigmas atuais de privacidade. O conteúdo deve aproximar-se das esferas da vida quotidiana e laboral. Adicionalmente, a distinção pragmática entre as formas de tratamento e de pedido de desculpa (singular *vs.* plural; formal *vs.* informal) carece de um aprofundamento mais rigoroso, de forma a auxiliar a transposição didática por parte do docente.

4.1.3.2.5. Proposta de Reestruturação Curricular sob uma Perspetiva Contrastiva

Considerando que as estruturas cognitivas e os paradigmas de aprendizagem dos aprendentes chineses divergem significativamente dos modelos ocidentais, a reordenação dos conteúdos programáticos deve observar uma progressão que favoreça a sistematização analítica. Uma proposta de reestruturação lógica do material poderia organizar-se da seguinte forma:

1. Contextualização Pragmática: Explanação do cenário comunicativo do diálogo;
2. Sistematização Gramatical: Apresentação dos tópicos gramaticais da unidade;
3. Paradigmas Verbais: Estudo pormenorizado da conjugação verbal;
4. *Input* Textual: Apresentação do texto ou diálogo principal;
5. Exegese Textual: Questionário de interpretação e compreensão;
6. Fixação Gramatical: Exercícios práticos de aplicação das normas;
7. Sistematização Fonética: Estudo da articulação e pronúncia do léxico;
8. Expressões Idiomáticas: Repertório de fórmulas fixas e usuais;
9. Tradução Interlinguística: Versão das estruturas aprendidas para a língua chinesa (L1).

4.1.3.3. Fundamentação Crítica e Perspetivas Teóricas

A análise feita a esta séria de materiais assevera que esta série de materiais, especificamente concebida para o ensino universitário, demonstra adequação ao perfil dos alunos do primeiro ano de licenciatura. A compilação observa a realidade empírica dos discentes da Universidade de Macau, estruturando cada unidade em torno de um eixo temático multifacetado. Todavia, importa notar que o segundo e o terceiro volumes exigem o domínio de um vasto acervo lexical.

Por outro lado, uma parte considerável da crítica académica aponta que a arquitetura gramatical deste material poderá revelar-se fragmentada ou de difícil apreensão. A atomização dos conteúdos gramaticais em unidades reduzidas, sem uma estruturação suficientemente concreta e linear, pode obstar à autonomia do aprendente caso não exista uma mediação docente rigorosa para a sistematização dos conhecimentos. Adicionalmente, o grau de complexidade poderá ser elevado para alunos principiantes, uma vez que a obra integra uma forte componente intercultural, exigindo não apenas a aquisição da competência linguística, mas também a descodificação de contextos socioculturais exógenos.

Em suma, a análise comparativa entre os materiais de matriz chinesa e os manuais portugueses utilizados em Angola permite identificar pontos de convergência que potenciem a eficácia do ensino. O objetivo primordial reside na otimização das competências dos aprendentes, fomentando a sua integração profissional no mercado africano e contribuindo para o aprofundamento das relações económicas sino-lusófonas. Perspetiva-se, para a próxima década, a necessidade premente de desenvolver materiais didáticos mais exaustivos, dotados de uma metodologia que responda às necessidades dos públicos não universitários, os quais, por imperativos laborais, buscam o entendimento das realidades e do pensamento das populações locais, mas que se confrontam ainda com uma escassez de recursos pedagógicos adequados.

4.2. Propostas para o Ensino de Português Empresarial no Contexto Empresarial Angolano

4.2.1. Natureza da Disciplina de Português Comercial e Profissional para os Colaboradores da CRBC

Na secção anterior, procedeu-se à análise das limitações inerentes aos materiais didáticos generalistas — com particular incidência na obra *Encontros em Macau* — em contexto de formação dos trabalhadores chineses da CRBC em Angola. Foi neste sentido que se evidenciou a manifesta desarticulação entre os conteúdos linguísticos propostos e as exigências práticas do seu contexto de

trabalho. Em face desta lacuna, delineiam-se nesta secção as diretrizes para uma estrutura curricular de Português Comercial e Profissional, especificamente adaptada ao contexto angolano. Esta proposta ancora-se nos pressupostos teóricos do ensino de PLNM para públicos adultos e nas orientações programáticas da Faculdade de Letras da Universidade de Macau, ao passo que a disciplina aqui delineada se fundamenta nos postulados de Krashen (1981) relativos à aquisição de línguas em contextos instrumentais e no paradigma da pedagogia centrada no aprendente, modelo preponderante no ensino de língua estrangeira (LE) no espaço lusófono europeu. A disciplina nasce da relação direta entre a competência linguística e a prática profissional nos domínios da construção civil, das infraestruturas e do comércio entre a China e Angola. Adota-se, assim, uma abordagem comunicativa e baseada em tarefas (Task-Based Language Teaching - TBLT), ajustada ao perfil socioprofissional dos colaboradores da CRBC: adultos cuja motivação é sobretudo instrumental e que necessitam de aplicar a língua de forma imediata no seu trabalho diário (Tavares & Grosso, 2008).

A pertinência desta proposta justifica-se pelas lacunas identificadas na investigação: a ausência de um plano de estudos formal na CRBC, a utilização de conteúdos desajustados do contexto angolano e a necessidade de articular a aprendizagem linguística com as normas sociais e culturais que regem a comunicação no terreno.

4.2.2. Objetivos Curriculares da Disciplina

Os objetivos enunciados articulam-se em metas genéricas, em estreita consonância com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR), e metas específicas, modeladas pelas necessidades operacionais da CRBC e pelo referencial de competências em PLNM preconizado pela Universidade do Minho.

4.2.2.1. Objetivos Gerais

1. Desenvolver competências comunicativas integradas (compreensão e produção oral/escrita) em LE, visando atingir o limiar entre os níveis B1 e B2 do QECR, de modo a assegurar uma interação eficaz em contextos profissionais e interculturais em Angola.
2. Fomentar a competência pragmática e sociocultural, capacitando os aprendentes para a adaptação do seu discurso às idiossincrasias linguísticas e culturais do espaço lusófono angolano, mitigando, desta forma, potenciais conflitos ou equívocos interculturais na relação com interlocutores locais e entidades governamentais.
3. Instrumentalizar o domínio da LE para a execução de tarefas profissionais críticas,

nomeadamente no âmbito de reuniões técnicas, negociações contratuais, descrição de projetos de engenharia e redação de documentação formal.

4. Consolidar a autonomia de aprendizagem, provendo os colaboradores de estratégias metacognitivas que permitam o desenvolvimento contínuo da sua proficiência linguística para além do período de formação formal.

4.2.2.2. Objetivos Específicos

1. Apropriar-se do léxico técnico especializado em LE inerente aos domínios da construção civil, infraestruturas e engenharia rodoviária, integrando simultaneamente o vocabulário de gestão de projetos e as estruturas linguísticas de negociação bilateral sino-angolana.
2. Desenvolver a competência de compreensão e produção de géneros discursivos orais típicos do ambiente profissional, tais como intervenções em reuniões de planeamento, apresentações técnicas de empreitadas e processos de negociação formalizada com interlocutores angolanos.
3. Consolidar a literacia funcional e técnica na produção de textos escritos, habilitando o aprendente para a redação de correio eletrónico profissional, relatórios de progresso simplificados, memorandos internos e o preenchimento de formulários administrativos em conformidade com as normas institucionais angolanas.
4. Mobilizar a competência pragmática e sociolinguística, identificando e aplicando as normas de cortesia e os protocolos de interação vigentes no espaço lusófono angolano, estabelecendo a distinção necessária entre o registo formal (interação com entidades públicas) e o registo informal (comunicação com colaboradores locais).
5. Utilizar estrategicamente recursos de apoio linguístico e digital em LE — nomeadamente dicionários técnicos especializados, ferramentas de tradução assistida e plataformas institucionais da CPLP — como suporte à autonomia comunicativa em contexto profissional.

4.2.3. Estrutura Curricular e Cronograma de Formação

A disciplina de Português Comercial e Profissional para o Contexto Angolano é projetada para uma carga horária total de 60 horas letivas, distribuídas por um período de 15 semanas, com uma cadência de 4 horas semanais. Esta organização temporal foi estrategicamente coadunada com a *praxis* laboral da CRBC, prevendo a flexibilização de horários (regime pós-laboral ou concentrado em fins de semana), de modo a mitigar a interferência nas atividades produtivas dos colaboradores.

A sequencialidade didática observa a progressão linguística do aprendente, tendo em consideração a transição do nível elementar/independente (A2-B1) para um estádio de proficiência intermédia (B1-B2), de acordo com o QECR. O foco reside na aplicabilidade imediata dos conteúdos, sendo que cada unidade didática se articula em quatro momentos pedagógicos fundamentais:

- Exposição ao *input* linguístico: contacto com amostras reais de língua em contexto profissional;
- Prática guiada: exercícios de fixação e sistematização monitorizada;
- Prática autónoma e colaborativa: realização de tarefas em grupo simulando cenários laborais;
- Avaliação formativa: diagnóstico contínuo da progressão e *feedback* corretivo.

Tabela 3. Distribuição detalhada de horas e o conteúdo central de cada unidade.

Capítulo	**Conteúdo do curso**	**Horas semanais**	**Horas p/ capítulo**	**Nível CEFR Alvo**
1	Apresentação profissional e normas de tratamento em PL2 no contexto angolano; vocabulário de boas-vindas; gramática fundamental (presente do indicativo, pronomes pessoais)	4	8	A2-B1
2	Apresentação da CRBC e dos seus projetos em Angola; vocabulário de infraestruturas e construção civil; gramática (pretérito perfeito do indicativo, preposições de local)	4	8	A2-B1
3	Descrição de processos técnicos e materiais de construção; instruções técnicas simplificadas; gramática (modo imperativo, adjetivos qualificativos)	4	10	B1
4	Negociação comercial bilateral sino-angolana; expressões de preços, prazos e condições de pagamento; gramática (futuro do indicativo, conjunções causais)	4	10	B1
5	Comunicação escrita formal em PLE europeu; redação de e-mails comerciais, relatórios de projeto e memorandos; vocabulário de administração.	4	12	B1-B2
6	Simulação de situações profissionais reais; reuniões com entidades governamentais angolanas; avaliação somativa e reflexão sobre a aprendizagem	4	12	B1-B2

4.2.4. Opções Metodológicas e Estratégias de Ensino-Aprendizagem

A proposta curricular ancora-se em metodologias ativas e centradas no aprendente, modelos amplamente validados e preponderantes no ensino de PLNM para públicos adultos no espaço europeu lusófono (Teixeira et al., 2013; Sollai & Parma, 2018). Estas opções são adaptadas ao perfil dos colaboradores da CRBC, adultos que necessitam de resultados práticos imediatos, o que exige uma abordagem pragmática. Os eixos metodológicos estruturantes são detalhados infra.

4.2.4.1. Ensino Baseado em Tarefas (*Task-Based Language Teaching* - TBLT)

Esta é a metodologia basilar da disciplina, organizando o processo de aquisição linguística em torno de tarefas profissionais reais ou simuladas (ex.: a preparação de uma reunião com o Instituto Nacional de Estradas de angola (INEA), a redação de relatórios de progresso ou a transmissão de instruções técnicas a colaboradores locais). A realização de tarefas em grupos heterogéneos — integrando profissionais de diferentes departamentos da CRBC — fomenta a colaboração interpares e a aplicabilidade funcional da LE desde o estágio inicial da formação.

4.2.4.2. Simulação de Contextos Profissionais e *Role-playing*

As simulações reproduzem episódios laborais recorrentes no quotidiano angolano, nomeadamente processos de negociação com fornecedores ou interações protocolares com entidades governamentais. Este método providencia um contexto de baixo risco afetivo, permitindo aos trabalhadores exercitar a produção oral e escrita num ambiente controlado. Subsequentemente, promove-se a reflexão crítica sobre equívocos linguísticos e pragmático-culturais frequentes na díade sino-angolana, desenvolvendo a consciência sociolinguística do aprendente.

4.2.4.3. Ensino Híbrido (*Blended Learning*)

A disciplina articula sessões presenciais (correspondentes a 60% da carga horária) com atividades autónomas mediadas por tecnologia (40% da carga horária), através de uma plataforma digital customizada para a CRBC. A vertente *online* privilegia a consolidação de léxico técnico, a exposição a *input* áudio em português europeu (na sua variante angolana) e a correção monitorizada de textos escritos. Esta modalidade garante a flexibilização cronológica necessária face à exigente rotina laboral

dos colaboradores.

4.2.4.4. Desenvolvimento de Materiais Didáticos *Ad Hoc*

Privilegia-se a rejeição de manuais generalistas, optando-se pelo desenvolvimento de recursos didáticos personalizados, concebidos em articulação com as diretrizes da Universidade do Minho. Estes materiais incorporam:

a) Léxico técnico e terminologia específica da CRBC;

b) Documentação autêntica (modelos de e-mails, relatórios e memorandos reais);

c) Estudos de caso interculturais baseados na experiência empírica de expatriados chineses em Angola.

Os recursos são disponibilizados em formato bilingue (Português/Chinês), funcionando como um andaime (*scaffolding*) pedagógico que otimiza a descodificação semântica e a segurança linguística do aprendente.

4.2.5. Critérios e Instrumentos de Avaliação

O sistema de avaliação pauta-se pelos princípios da continuidade e da formatividade, em estrita concordância com os requisitos pedagógicos da Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho. Este modelo privilegia a progressão contínua da aprendizagem e a capacidade de aplicação prática dos conhecimentos, em detrimento de uma avaliação somativa pontual. A classificação final é expressa na escala vigesimal (0-20 valores), resultando da ponderação entre a avaliação formativa (60%) e a avaliação somativa (40%).

4.2.5.1. Avaliação Formativa (60%)

Este eixo compreende um conjunto de instrumentos aplicados ao longo de cada unidade didática, procurando garantir a monitorização constante da proficiência e a provisão de retroalimentação (*feedback*) pedagógica imediata — fator determinante para a manutenção dos índices motivacionais em públicos adultos. Os componentes estruturantes são:

1. Desempenho em Atividades e Cenários Simulados (20%): Avaliação da participação ativa, da competência de mediação oral em LE e da capacidade de colaboração em dinâmicas grupais.

2. Tarefas por Unidade (25%): Inclui exercícios de consolidação de léxico técnico, produção de textos breves e exposições orais sucintas sobre projetos de engenharia.
3. Trabalho Autónomo em Ambiente Digital (15%): Monitorização da execução de tarefas na plataforma *online* e da intervenção em fóruns de discussão focados na competência intercultural.

4.2.5.2. Avaliação Somativa (40%)

Realizada no estágio conclusivo da formação, consiste numa Prova Prática Integrada que mimetiza um cenário profissional real no contexto angolano, intentando avaliar o conjunto das competências desenvolvidas. A prova decompõe-se em:

1. Componente de Interação Oral (20%): Simulação de uma reunião técnica com parceiros institucionais angolanos. O aprendente deverá apresentar uma infraestrutura da CRBC, gerir pedidos de esclarecimento e negociar condições contratuais, demonstrando competência pragmática e discursiva.
2. Componente de Produção Escrita (20%): Redação de um relatório técnico detalhado e de um correio eletrónico formal em LE, observando as convenções de escrita e as normas de cortesia vigentes na administração pública angolana.

4.2.6. Implementação e Sustentabilidade da Formação na CRBC

Para garantir a exequibilidade e a perenidade da proposta formativa, delineiam-se medidas operacionais articuladas com a estrutura orgânica da CRBC e a celebração de parcerias institucionais — um princípio basilar no ensino de PLNM defendido pela Universidade do Minho.

4.2.6.1. Protocolos de Cooperação Académica

A CRBC deverá formalizar protocolos de cooperação com a Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho e com instituições angolanas como a Universidade Agostinho Neto (UAN). Esta parceria estratégica visa:

1) O recrutamento de um corpo docente especializado em PLNM, com competências transversais ao domínio da construção civil;
2) A conceção e atualização contínua de recursos didáticos específicos;

3) A acreditação institucional da formação junto da CPLP, assegurando a validade e o reconhecimento dos certificados de proficiência em todo o espaço geopolítico lusófono.

4.2.6.2. Arquitetura Organizacional Interna

A organização deve instituir uma Célula de Capacitação Linguística em LE, integrada no departamento de Recursos Humanos da CRBC em Angola. Esta estrutura será composta por um coordenador interno (detentor de elevada proficiência em LE), docentes das universidades parceiras e tutores linguísticos angolanos com domínio da língua chinesa. Este núcleo assumirá a responsabilidade pela gestão logística das sessões, pela monitorização da progressão dos aprendentes ao longo do tempo e pela revisão periódica do currículo.

4.2.6.3. Sistemas de Incentivos e Progressão na Carreira

Com o objetivo de potenciar os índices motivacionais, a CRBC deverá estabelecer uma articulação intrínseca entre a proficiência linguística e o plano de carreira dos colaboradores. Propõe-se o reconhecimento da certificação (Universidade do Minho/CPLP) como critério preferencial para promoções, a atribuição de incentivos pecuniários aos quadros que atinjam o nível B2 (QECR) e a criação de contextos de imersão linguística no local de trabalho (ex.: períodos em que a comunicação no escritório se faz exclusivamente em Português).

4.2.6.4. Monitorização, Auditoria e Atualização Curricular

Semestralmente, o núcleo de formação, em estrita articulação com a Universidade do Minho, deverá proceder a uma auditoria à eficácia pedagógica do programa. Esta avaliação poderá assentar em metodologias qualitativas (entrevistas semiestruturadas com os colaboradores) e na análise de indicadores quantitativos de desempenho (ex.: redução estatística de falhas comunicativas e equívocos interculturais no terreno). Os dados obtidos servirão de base para a recalibração do currículo, adaptando-o às mutações do contexto socioeconómico angolano e às necessidades operacionais da empresa.

4.2.7. Considerações Finais do Capítulo

As propostas pedagógicas apresentadas neste capítulo procuram colmatar as lacunas de formação identificadas entre os trabalhadores chineses da CRBC em Angola, articulando a

aprendizagem da língua com as suas necessidades profissionais e com os princípios da linguística aplicada adotados pela Universidade do Minho. A disciplina aqui proposta distingue-se pelo seu carácter prático, pela sua adaptabilidade e pela atenção à dimensão intercultural — aspetos essenciais para o sucesso da aprendizagem de PLNM por adultos com motivações profissionais.

Ademais, estas propostas exercem um impacto transversal na cooperação sino-angolana. Por um lado, melhoram a comunicação no contexto de trabalho, contribuindo para a eficiência operacional da CRBC; por outro, contribuem para a difusão da norma europeia do Português no contexto da cooperação sino-africana, em linha com os objetivos da CPLP.

Em última análise, este modelo de formação prova-se potencialmente replicável noutras organizações chinesas com atividade em geografias lusófonas.

CONCLUSÃO

O presente estudo propôs-se a analisar as particularidades das relações entre os trabalhadores chineses e o contexto angolano, assim como as interações comerciais sino-angolanas e as implicações macroestruturais da cooperação entre a China e os países de língua portuguesa em África. Ao examinar o panorama contemporâneo em Angola e as práticas de cooperação com a China, muitas das premissas iniciais foram confirmadas e, por isso, serão doravante sintetizadas nesta conclusão.

A complementaridade transacional entre a China e os países de língua portuguesa em África constitui, inequivocamente, um alicerce basilar para a expansão económica e comercial da China. As diferenças na estrutura económica e na especialização industrial entre a China e países como Angola geram uma forte complementaridade comercial. Esta dinâmica reflete-se no crescimento acelerado do volume comercial entre as duas partes, o que reforça a forte presença económica da China no continente africano e institui vetores para o desenvolvimento mútuo. No entanto, diversos desafios dificultam a plena concretização desta relação.

A distância geográfica e as discrepâncias culturais entre a China e os países de língua portuguesa em África, por exemplo, representam obstáculos significativos. Além disso, as diferenças de valores no que respeita à ética de trabalho, aos valores sociais e aos costumes afetam não apenas a interação entre trabalhadores chineses e angolanos, mas também a implementação de projetos comerciais e industriais. Ademais, as heterogeneidades nos paradigmas macroeconómicos, nos regulamentos legais e nos sistemas administrativo-institucionais entre os países envolvidos podem causar ineficiências e atrasos no processo de negociação e execução de acordos comerciais. Alguns países de língua portuguesa em África, como Angola, ainda enfrentam desafios internos, incluindo uma estrutura industrial hiperconcentrada em nichos específicos, como o setor extrativo petrolífero, o que limita a diversificação do comércio e exacerba a vulnerabilidade face às flutuações do mercado internacional.

Quanto aos trabalhadores chineses em Angola, o aumento da procura por profissionais com elevada proficiência de português na China reflete a necessidade crescente de especialistas em relações internacionais aptos para a mediação com os países de língua portuguesa. Embora muitos indivíduos procurem oportunidades no mercado de trabalho angolano em busca de um maior espaço de desenvolvimento profissional e económico, a questão dos direitos humanos e da deontologia laboral tem ocupado um lugar central no escrutínio público. Essa questão não se restringe apenas às condições de trabalho, estendendo-se também a questões socioculturais, como a comunicação efetiva entre

trabalhadores chineses e angolanos, e a adaptação às normas locais de trabalho e segurança. A ausência de uma compreensão profunda da realidade social e cultural angolana por parte de alguns trabalhadores chineses pode levar a mal-entendidos e conflitos, prejudicando não apenas as relações interpessoais, mas também a imagem da comunidade chinesa em Angola.

As diferenças históricas, políticas e macroeconómicas que delimitam as trajetórias da República Popular da China e de Angola condicionam, de forma indelével, os modelos de cooperação institucional e empresarial entre ambas as nações. O insuficiente conhecimento da realidade sociopolítica angolana por parte dos profissionais chineses reflete-se na ineficácia de certas estratégias empresariais, que revelam dificuldade em adaptar os seus modelos de negócio às condições locais. Esta situação reforça a necessidade de aprofundar o entendimento mútuo e de adotar políticas de cooperação mais flexíveis.

Para superar as referidas falhas e exponenciar as sinergias de cooperação, delineia-se um conjunto de diretrizes de cariz estratégico. Recomenda-se, em primeiro lugar, que o governo chinês e os governos dos PALOP intensifiquem o diálogo político, com vista à celebração de acordos comerciais preferenciais, à aproximação dos respetivos quadros legais e à criação de mecanismos eficazes de resolução de litígios comerciais. No plano organizacional, as empresas chinesas em Angola devem investir na formação linguística e intercultural dos seus trabalhadores, de modo a melhorar a comunicação e a integração com as comunidades locais. Além disso, o cumprimento das normas internacionais de direitos humanos e de segurança no trabalho é essencial para prevenir danos à reputação e consolidar uma imagem mais positiva das empresas chinesas em Angola.

Em última instância, a sociedade civil de ambos os Estados assume um papel fulcral na arquitetura de uma cooperação sustentável. A promoção de programas de intercâmbio cultural e académico, de projetos de responsabilidade social e o reforço das redes de contacto entre profissionais, empresários e líderes comunitários são fatores que podem favorecer uma cooperação mais sólida entre a China e Angola e, de forma mais ampla, entre a China e os países lusófonos em África.

Por fim, assinalem-se, também, as limitações intrínsecas à presente investigação. Sendo um estudo de caso circunscrito primordialmente à realidade operacional da CRBC em Luanda, a generalização das conclusões ao conjunto das empresas chinesas em África deve ser feita com cautela, dada a heterogeneidade das culturas organizacionais e das políticas de gestão de recursos humanos. Por outro lado, a análise do material didático utilizado à altura da elaboração deste estudo, no contexto da CRBC, centrou-se num conjunto de documentos específico, cuja eventual desatualização pode ter condicionado a avaliação da sua eficácia pedagógica. Por fim, a dimensão da amostra e a profundidade da observação empírica foram, em certa medida, limitadas pelas condições de segurança e pelas

exigências do trabalho no terreno, o que aponta para a necessidade de futuros estudos mais abrangentes, que incluam uma maior diversidade de perfis de aprendentes e de setores industriais.

Em síntese, e não obstante os condicionamentos metodológicos e empíricos suprarreferidos, a presente investigação constitui um contributo para a análise das complexas dinâmicas da cooperação sino-angolana e, num espectro mais abrangente, da relação entre a China e os PALOP. As reflexões e propostas apresentadas neste estudo pretendem contribuir para a definição de políticas e estratégias empresariais mais adequadas, que promovam um desenvolvimento equilibrado e sustentável para todas as partes envolvidas, tendo como pilar fundamental a competência linguística e intercultural de falantes de chinês em contexto laboral angolano.

REFERÊNCIAS

Alves, A. C., Chao, W. H., & Li, J. (2002). *Encontros em Macau: Português elementar*. Instituto Politécnico de Macau.

B20 China. (2016, 10 de agosto). *B20 2016 policy recommendations to the G20*. http://upload.b20-china.org/upload/file/20160810/1470798300517026383.pdf

Centro Chinês de Estudos dos Países de Língua Portuguesa. (2021, agosto). *Anteprojeto de estatuto da Aliança de Investigação entre a China e os Países Lusófonos*.

CHYXX. (2016, 8 de março). *Contexto e desenvolvimento internacional do comércio eletrónico da China em 2016*. http://www.chyxx.com/industry/201603/392592.html

Cooper, R. L. (1989). *Language planning and social change*. Cambridge University Press.

Dong, X. (2020). *O estado de desenvolvimento e contramedidas da indústria de línguas minoritárias (menos faladas) da China*. Imprensa da Universidade de Estudos de Pequim.

Gu, F. (2015). *Ensino Superior de Português da China*, *7*, 152–154. Imprensa da Universidade de Dalian.

Guo, F. (2020). *O processo de evolução e o planeamento futuro da política de ensino de línguas estrangeiras da China*. Universidade de Tecnologia de Chengdu.

Instituto de Investigação em Comunicação da Universidade de Comunicação da China. (2019). *Projeto de visita à China por académicos e profissionais seniores da imprensa de países africanos de língua portuguesa em 2019*. Universidade de Comunicação da China.

Krashen, S. D. (1981). *The input hypothesis: Issues and implications*. Longman.

Laotu. (2021). *Visão África: Os chineses em Angola*. Wangyi.

Lee, J. (2016, 26 de agosto). *G20 Summit 2016: What Jack Ma (Ma Yun) say about host city Hangzhou* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=W8C6mb1yvuQ

Lee, J. (2016, 3 de setembro). *G20 Summit 2016: Cross-border E-commerce China* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=oY123L1uvc0

Liu, M. (2023, junho). A terceira exposição económica e comercial da China e África. *Títulos Diários*.

Liu, Y. (2015, junho). *Aprofundar a reforma do ensino superior*. Governo da República Popular da China.

Luo, X. (2015). *Investigação da situação de emprego de licenciados em português em trinta empresas* [Relatório].

Ministério do Comércio da República Popular da China. (2021). *Visão geral da cooperação económica e comercial China-Angola*.

Ministério do Comércio da República Popular da China. (s.d.). *Relatório do trabalho*. Recuperado em 23 de junho de 2022, de http://fec.mofcom.gov.cn/article/gbdqzn/

Schiffman, H. F. (1996). *Linguistic culture and language policy*. Routledge.

Sollai, S., & Parma, A. (2018). *As línguas portuguesas do mundo: Representações pluricêntricas de Português Língua Estrangeira (PLE) numa amostra de material didático*. American Association of Teachers of Spanish and Portuguese.

Spolsky, B. (2004). *Language policy: Key topics in sociolinguistics*. Cambridge University Press.

Stark, O. (1991). *The migration of labor*. Basil Blackwell.

Tavares, A. P., & Grosso, M. J. (2008). *Ensino/aprendizagem do português como língua estrangeira: Manuais de iniciação*. Lidel.

Teixeira, M., Santos, L., Silva, I., & Mesquita, E. (2013). *Encontros da língua portuguesa: Ensinar e aprender português num mundo plural*. Escola Superior de Educação de Santarém & Universidade Federal da Uberlândia.

Yi, F. (2015, setembro). *Os principais problemas existentes em escolas de formação profissionais*.

Zeng (2015). *Análise da situação de emprego da especialidade de português na China de 2015*.

ANEXO – QUESTIONÁRIO SOBRE A APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA PELOS TRABALHADORES CHINESES EM ANGOLA

Muito bem-vindo/a!

- ✧ O presente questionário é desenvolvido no âmbito da investigação para obtenção do grau de mestrado em Estudo sobre situações atuais de Uso do Português como Língua Segunda e Estrangeira nos países lusófonos em África — o caso dos trabalhadores chineses em Angola da Universidade de Minho.
- ✧ O estudo tem como objetivo refletir sobre o modo de aprendizagem da Língua Portuguesa dos/pelos trabalhadores chineses que trabalham em Angola.
- ✧ Todas as informações recolhidas neste questionário serão tratadas de forma anónima e serão apenas utilizadas para fins estatísticos, sendo garantida a confidencialidade dos dados fornecidos.

Obrigada pela sua cooperação!

1. Profissão
Tradutor ou trabalhador ( )
Professor ( )
Diretor ( )
Responsável do projeto ( )
Estudante ( )

2. Em que empresa trabalha? [não aplicável a estudantes]
_____

3. Que idade tem?
_____

4. Qual é o nível mais alto de educação formal que você concluiu?

Escola Secundária ( )
Bacharelato ( )
Licenciatura ( )
Mestrado ( )
Pós-graduação ( )
Doutoramento ( )

5. Ainda se lembra do ano em que começou a trabalhar em África?
_____

6. Por que motivo é que começou a aprender português?
( ) Necessidade do trabalho
( ) Por vontade própria
( ) Por interesse pela Língua Portuguesa
( ) Para a promoção na carreira profissional
( ) Para a comunicação direta com os locais sem ajuda dos tradutores
Outros:_____

7. Já teve aulas de Língua Portuguesa antes de ir a África?
( ) Sim
( ) Não

8. Se já teve aulas de português, onde é que aprendeu a língua?
( ) Na China
( ) Noutros países
( ) Em plataformas *online*

9. Em geral, gosta de aprender português?
( ) Gosto, devido
    ( ) ao ritmo da língua
    ( ) às literatura e cultura de língua portuguesa
    ( ) à música tradicional, como Fado
    ( ) ao futebol
    Outros:_____

( ) Mais ou menos, devido
    ( ) à pronúncia da língua
    ( ) às literatura e cultura de língua portuguesa
    ( ) à ausência de interesse na história do país e da língua
    ( ) às dificuldades na conjugação verbal
    Outros:_____

( ) Não gosto, por causa de
    ( ) à pronúncia da língua
    ( ) às literatura e cultura de língua portuguesa
    ( ) à ausência de interesse na história do país e da língua
    ( ) às dificuldades na conjugação verbal
    Outros:_____

10. Qual é/ Quais são o(s) tópico(s) que lhe interessa(m) mais?
( ) Pensamento humanista de escritores portugueses
( ) Bem-estar no trabalho em África
( ) Assuntos religiosos
( ) Identidade cultural
( ) Perda e reconstrução da subjetividade feminina
( ) Valores socioculturais
( ) Assuntos históricos
Outros:_____

11. Este trabalho foi a sua primeira escolha como carreira?
( ) Sim
( ) Não

12. Qual é o seu estado de emprego nesta empresa?
( ) Emprego permanente (contrato em curso sem limite fixo antes da idade da reforma)
( ) Contrato a termo por um período superior a 1 ano letivo
( ) Contrato a prazo fixo por um período de 1 ano letivo ou menos

13. Como avalia o seu nível atual de Língua Portuguesa?
( ) Iniciante — consigo compreender e usar algumas palavras e frases muito simples (cumprimentos, números, pedidos básicos)
( ) Elementar — consigo comunicar em situações simples do dia a dia (compras, indicações, pedidos no trabalho)
( ) Intermédio — consigo participar em conversas sobre assuntos do quotidiano e do trabalho, embora com algumas dificuldades
( ) Avançado — consigo comunicar com fluência na maioria das situações profissionais e sociais

13.1. Possui algum certificado oficial de Língua Portuguesa?
( ) Sim. Qual? _____
( ) Não

14. Depois de trabalhar em África, de que modo é que estuda português?
( ) Através de plataformas *online*
( ) Em aulas presenciais em África
( ) Em formações de grupo organizadas pela empresa
Outros:_____

Este é o final do questionário.
Muito obrigada pela sua resposta!